

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

Edital 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	927045-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ	NAIARA BETANIA VASQUES VIANA	18/05/2026 12:19 (v 0.14)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		010117/2025

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

927045

OBJETO

Registro de Preços para a contratação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, destinados a assegurar a redundância do acesso à internet nos prédios institucionais e suporte às atividades externas do TCE/AP.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 467.616,00 (quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e dezesseis reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

Prazo para pedidos de esclarecimento e impugnações é 28/05/2026.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail protocolo@tce.ap.gov.br **c/c** cpl@tce.ap.gov.br .

Critério de Julgamento:

Menor Preço

Modo de disputa:

Aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

Processo Administrativo nº 010117/2025-TCE/AP

Torna-se público que o(a) Tribunal de contas do Estado do Amapá, por meio do(a) Coordenação de Compras e Contratos, sediado Avenida FAB, nº 900, Centro - Macapá/AP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- Lei 14.133/2021;
- Decreto Estadual 1716/2023 – Regulamento Registro de Preço;
- Resolução Executiva TCE/AP, nº 106/2023 – Dispõe sobre os Procedimentos nas contratações - (disponível em www.tce.ap.gov.br – Normas Internas);
- Lei Complementar Federal 123/06(ME/EPP);
- Lei Complementar Estadual 108/2018(ME/EPP/MEI);

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conectividade via satélite, em tecnologia de órbita baixa (LEO), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.[A1]

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.2.1. A opção pela não parcelabilidade fundamenta-se na natureza técnica da tecnologia LEO (Low Earth Orbit), onde a prestação do serviço está intrinsecamente vinculada ao hardware proprietário (antenas e terminais).

1.2.2. A segregação do objeto em itens distintos (serviço e equipamento) comprometeria a integridade da solução, a responsabilidade pelo Acordo de Nível de Serviço (SLA) e a eficiência administrativa, uma vez que a compatibilidade técnica é mandatória e exclusiva, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A licitação para Registro de Preços é adotada em virtude da necessidade de contratação de serviços de natureza permanente e variável, bem como para atender a demandas futuras e incertas de unidades itinerantes ou novos anexos, nos termos do Art. 3º, incisos I e III do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

2.2. As regras específicas sobre a validade da Ata, cancelamento do registro e pedidos de fornecimento constam na Minuta de Ata de Registro de Preços

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, no Decreto nº 8.538, de 2015, e na Lei Complementar Estadual nº 108/2018, abrangendo:*

3.6.1. *Do Empate Ficto: O direito de preferência no critério de desempate, nos termos dos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 e do Art. 24, § 2º da LC Estadual nº 108/2018, observada a regra de que a proposta da ME ou EPP mais bem classificada, desde que seja até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta de empresa não beneficiada, será considerada empatada com esta, para fins de apresentação de nova oferta inferior no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances;*

3.6.2. *Da Regularização Tardia: A possibilidade de regularização fiscal e trabalhista tardia, nos termos do art. 43, § 1º, da LC nº 123/2006, assegurando-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida comprovação, caso haja restrição na documentação de habilitação.*

3.6.3. *A aplicação do critério de desempate em favor de empresas estabelecidas no Estado do Amapá, em caso de persistência do empate após a aplicação dos critérios anteriores, nos termos do Art. 13 do Decreto Estadual nº 1.716/2023 e da Lei Complementar Estadual nº 108/2018.*

3.7. *No item único desta licitação não será concedido tratamento diferenciado de exclusividade ou reserva de cota para ME/EPP, com fulcro no art. 4º, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado (R\$ 467.621,16) ser superior à receita bruta máxima admitida para enquadramento como EPP, e pela inviabilidade de parcelamento do objeto (item único indivisível).*

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- 3.8.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8.11. *Sociedades cooperativas, considerando que o modelo de execução do serviço de conectividade com regime de comodato e suporte técnico presencial (SLA) demanda subordinação técnica e operacional incompatível com a autonomia do regime cooperativista para este objeto específico;*
- 3.8.12. *Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visto que o objeto não possui complexidade técnica ou vulto econômico que justifiquem a soma de esforços, havendo mercado amplo de empresas individuais aptas ao atendimento pleno;*
- 3.8.13. *Pessoas físicas, dada a necessidade de capital social mínimo, estrutura de equipamentos em comodato e equipe técnica especializada incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.*
- 3.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.10. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.13. O disposto nos itens 3.8.4 e 3.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme o rito padrão do art. 17 da Lei nº 14.133/2021.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como ME, EPP ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido de desempate e regularização tardia, observado que, para esta licitação, não haverá cota reservada ou exclusividade conforme item 3.7 deste Edital.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrite como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- 5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 (Geral), 5.5 (ME/EPP) ou 5.7 (Integridade) sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor Unitário por antena, correspondente ao valor anual de disponibilização de 01 (uma) solução integrada de conectividade, obtido pela multiplicação do preço mensal unitário por 12 (doze) meses. O valor global do item será calculado automaticamente pelo sistema mediante a multiplicação do Valor Unitário pela quantidade de antenas pré-fixada para cada item;

6.1.2. Marca e Modelo do Terminal (Antena) ofertado para cada Perfil (Padrão e Mini);

6.1.3. Fabricante e Provedor da Constelação LEO (Órbita Baixa);

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o total integral previsto no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, sob pena de desclassificação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

6.9. A apresentação da proposta implica a aceitação irrestrita do regime de comodato, estando inclusos no preço global todos os custos de disponibilização, logística e manutenção dos equipamentos necessários à prestação do serviço, não cabendo qualquer ônus adicional ao TCE/AP para a posse e uso dos terminais durante a vigência contratual.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
[A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) e, após o devido processo legal, gerar as consequências previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.15. O licitante deverá preencher sua proposta no sistema eletrônico conforme a metodologia a seguir, observando que cada item já possui quantidade de antenas pré-configurada pelo órgão licitante, não cabendo ao licitante alterar esse campo.

6.15.1. O campo a ser preenchido pelo licitante é o Valor Unitário, que corresponde ao valor anual de disponibilização de 01 (uma) antena da solução contratada — obtido pela multiplicação do preço mensal unitário por 12 (doze) meses, incluindo todos os custos necessários à execução contratual.

6.15.2. O sistema calculará automaticamente o valor global de cada item pela fórmula:

Valor Global = Valor Unitário × Quantidade de Antenas, onde a quantidade é pré-fixada em 4 (quatro) para o Item 1 (Perfil Padrão) e 8 (oito) para o Item 2 (Perfil Mini).

6.15.3. O valor global da proposta corresponde ao somatório dos valores globais de ambos os itens, apurado automaticamente pelo sistema.

6.15.4. Para fins de referência, os lances durante a sessão pública incidirão sobre o Valor Unitário de cada item, reduzindo-o sucessivamente, com reflexo automático no valor global.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo Valor Global da Proposta (correspondente aos 12 meses de contrato), conforme a memória de cálculo descrita no item 6.1.5 deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, ficando o licitante sujeito às sanções cabíveis caso se comprove má-fé ou tentativa de retardar o certame.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem 7.19.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item 7.19 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;[A9]

7.21.4. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, apresentada no momento do cadastramento da proposta (item 5.6 deste Edital).

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. *empresas estabelecidas no território do Estado do Amapá, sede do Tribunal de Contas do Estado (TCE/AP), conforme o critério de territorialidade previsto no art. 60, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e em harmonia com a Lei Complementar Estadual nº 108/2018;*

7.22.2. empresas brasileiras;

7.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido do critério de desempate geográfico (item 7.22.1), o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexisterem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a proposta de preços detalhada, com os respectivos valores adequados ao valor final ofertado após a etapa de lances e negociação, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.15. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. *Considerando as peculiaridades de visada e instalação dos terminais LEO, é assegurado ao licitante o direito de realização de vistoria prévia para pleno conhecimento das condições de execução do objeto.*

9.9.1. *O licitante que optar por realizar a vistoria prévia deverá agendá-la junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do TCE/AP, por meio do e-mail cpl@tce.ap.gov.br com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data de abertura da sessão pública.*

9.9.2. *A vistoria é FACULTATIVA. Caso o licitante opte por não realizá-la, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu representante legal, atestando que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação e que assume total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas na instalação que poderiam ter sido constatadas na vistoria, não podendo alegar desconhecimento para pleitear reequilíbrio ou aditivos.*

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação que poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, especialmente a regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Estado do Amapá e a manutenção das certidões de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.7. A manutenção das condições de habilitação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 2021, é condição indispensável para a assinatura e a execução do ajuste.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11.9. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (TCE/AP).

11.9.1. As adesões não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.9.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação, será formado um cadastro de reserva composto pelos licitantes que aceitarem cotar o objeto pelo preço do vencedor, observada a ordem de classificação original.

12.2. Os licitantes do cadastro de reserva serão convocados para habilitação e assinatura da Ata somente se:

12.2.1. O vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo legal; ou

12.2.2. O registro do fornecedor original for cancelado, nas hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 do Decreto Estadual nº 1716/2023.

12.3. Se ninguém do cadastro de reserva aceitar o preço do vencedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, para negociar um preço melhor, ainda que acima do valor do primeiro colocado, desde que não ultrapasse o valor máximo estimado para a contratação.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. As infrações e sanções administrativas aplicáveis à execução do objeto são aquelas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

14.2. Adicionalmente, aplicam-se ao licitante as seguintes sanções por condutas praticadas durante o certame:

14.2.1. Multa de 10% sobre o valor estimado para o licitante que não assinar a Ata de Registro de Preços ou não mantiver a proposta sem justificativa aceita.

14.2.2. Impedimento de licitar pelo prazo de até 03 anos para quem apresentar documento falso ou fraudar a disputa.

14.3. Em caso de divergência entre as regras de sanção do corpo do Edital e as do Termo de Referência, prevalecerão as normas do Termo de Referência para a fase de execução e as deste Edital para a fase de licitação.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail protocolo@tce.ap.gov.br c/c cpl@tce.ap.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.7. Em caso de divergência entre as informações constantes deste Edital e as publicadas no Portal de Compras do Governo Federal — Compras.gov.br, prevalecerão as disposições deste Edital, que é o instrumento convocatório oficial desta licitação.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tce.ap.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Modelo da Proposta;

16.11.2. Anexo II - Termo de Referência;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Macapá-AP, 11 de maio de 2025.

JULIANO DE ANDRADE ARAÚJO

Agente de Contratação / Pregoeiro

Portaria nº 102/2026-TCE/AP

(DOE 2174/2026)

17. ANEXO I - MODELO DA PROPOSTA

ANEXO I - MODELO DA PROPOSTA

AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ – TCE/AP PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX /2026

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ nº:

Endereço:

Telefone: ()

E-mail (Obrigatório):

1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. A empresa acima qualificada apresenta sua proposta para os serviços abaixo relacionados, conforme estabelecido no Edital e Termo de Referência.

2. PLANILHA:

GRUPO ÚNICO – CONECTIVIDADE VIA SATÉLITE LEO

A	B	C	D	E	F
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	Qtd. de Antenas	Valor Anual por Antena (V. Unit. Mensal × 12 meses)	Valor Global do Item (D × E)
1	Perfil Padrão – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (1 TB): antena padrão em comodato, ativação e suporte 24x7 (Sede/Anexo)	und	4	R\$ 32.304,00	R\$ 129.216,00
2	Perfil Mini – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (500 GB): antena Mini em comodato, kits veiculares e suporte 24x7 (Auditorias /Remoto)	und	8	R\$ 42.300,00	R\$ 338.400,00
				VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	R\$ 467.516,00

3. METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

3.1. Metodologia de cálculo

3.1.1. O licitante deverá informar, para cada item, o Valor Unitário, correspondente ao valor anual de disponibilização de 01 (uma) antena da solução contratada, obtido pela multiplicação do preço mensal unitário por 12 (doze) meses:

Exemplo:

Item 1 (Perfil Padrão): preço mensal unitário × 12 meses = Valor Unitário

Item 2 (Perfil Mini): preço mensal unitário × 12 meses = Valor Unitário

3.1.2. O Valor Unitário deverá incluir todos os custos operacionais, encargos tributários e demais despesas necessárias à plena execução do objeto, conforme o Termo de Referência.

3.1.3. O Valor Global da Proposta corresponde ao somatório dos valores globais de ambos os itens, também apurado automaticamente pelo sistema.

3.2. Faturamento e natureza do objeto

3.2.1. A estrutura de preços adotada possui finalidade exclusivamente operacional, destinada a padronizar a disputa eletrônica, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços e eventuais adesões,

sem descaracterizar a natureza de prestação continuada do serviço.

3.2.2. O faturamento e o pagamento ocorrerão mensalmente, com base na efetiva disponibilização e execução dos serviços, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, não representando aquisição definitiva dos equipamentos pela Administração.

4. DECLARAÇÕES

4.1. Inclusão de custos: declaramos que os valores propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo, sem limitação, mão de obra, materiais, insumos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, transporte, equipamentos, comodato dos terminais, ativação, suporte técnico, logística e quaisquer outras despesas incidentes sobre a execução contratual.

4.2. Concordância técnica: declaramos ciência e plena concordância com as especificações técnicas e operacionais constantes do Termo de Referência (Anexo II), comprometendo-nos a atender integralmente às exigências nele contidas.

4.3. Validade da proposta: prazo de validade da proposta: _____ dias (mínimo de 60 dias).

5. RESPONSÁVEIS

5.1. Assinatura: a proposta deverá prever assinatura física ou digital do representante legal, contendo nome legível e cargo.

Local e data

Representante Legal

Cargo função

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/05/2026 às 12:19:32.

TERMO DE REFERENCIA

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do artefato: 011/2026-DPLANC/TCE/AP

Número do processo: TC/010117/2025-TCE/AP

UASG: 927045 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ (TCE/AP)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do Objeto: O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços de conectividade via satélite, em tecnologia de órbita baixa (LEO), a ser processada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com fornecimento dos respectivos equipamentos em regime de comodato, destinados a assegurar a redundância do acesso à internet nos prédios institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, observada a diferenciação de capacidade técnica entre os equipamentos, não caracterizando garantia de velocidade mínima fixa, mas de capacidade máxima suportada conforme o perfil de cada solução, por intermédio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, nos termos dos arts. 28, I, e 78, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1.A contratação contempla, ainda, a disponibilização de soluções com diferenciação de desempenho entre antenas do tipo padrão e antenas do tipo Mini, bem como a oferta de conectividade móvel, portátil e veicular, voltada ao suporte das atividades externas, itinerantes, fiscalizatórias e operacionais desenvolvidas pela instituição.

1.1.2.Os quantitativos previstos neste Termo de Referência possuem caráter estimativo, constituindo limites máximos de contratação, não implicando obrigação de contratação integral ou imediata por parte da Administração, nos termos da legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

1.2. Cláusula de Equivalência Tecnológica:

1.2.1.Para servir de referência, como parâmetro de qualidade e para facilitar a descrição do objeto a ser contratado, adotam-se neste Termo de Referência as expressões “equivalente” ou “de melhor qualidade”, em conformidade com o entendimento consolidado no Acórdão nº 808/2019 – TCU/Plenário.

1.2.2.Assim, sempre que neste Termo de Referência houver menção à solução, serviço ou equipamento identificado como “Starlink”, tal referência deverá ser compreendida exclusivamente como padrão técnico-operacional de desempenho, atualmente adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, não configurando exigência de marca, modelo ou fabricante específico.

1.3. Admissibilidade de Soluções Equivalentes: Será admitida a oferta de solução tecnológica equivalente ou superior, desde que comprovadamente atenda integralmente aos requisitos técnicos, funcionais, operacionais, de desempenho, mobilidade, latência, disponibilidade, segurança da informação e suporte definidos neste Termo de Referência, vedada a exigência de marca como condição para habilitação, julgamento ou contratação.

1.4. A contratação contempla, de forma integrada, o registro de preços dos seguintes bens e serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSE R	UND	QTD. MÁX	V. UNIT	V. MENSAL	V. TOTAL
1	Perfil Padrão – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (1 TB): prestação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), modalidade Pessoa Jurídica, com	26557	UND	4	R\$ 2.692,11	R\$ 10.768,43	R\$ 129.211,16

Divisão de Planejamento das Contratações

	franquia mínima mensal de 1 TB de dados prioritários, incluindo Unidade 4 x x fornecimento de Antena Satelital Padrão em comodato, ativação, operação, suporte técnico 24x7, manutenção, substituição de equipamentos e atendimento aos níveis de serviço (SLA), com capacidade técnica compatível com até 500 Mbps, destinada à contingência dos enlaces da sede e anexo do TCE/AP						
2	Perfil Mini – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (500 GB): prestação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), modalidade Pessoa Jurídica, com franquia mínima mensal de 500 GB de dados prioritários, incluindo fornecimento de Antena Satelital Mini em comodato, kits e acessórios veiculares, ativação, operação, suporte técnico 24x7, manutenção, substituição de equipamentos e atendimento aos níveis de serviço (SLA), com capacidade técnica compatível com até Unidade 8 x x 200 Mbps, destinada a auditorias, fiscalizações, eventos institucionais e atuação em localidades remotas.	26557	UND	8	R\$ 3.525,00	R\$ 28.200,00	R\$ 338.400,00
VALOR TOTAL					R\$ 467.621,16		

1.5. Da natureza da contratação:

1.5.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XIII, da Lei n. 14.133/2021.

1.5.2. A contratação tem natureza contínua, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades finalísticas e administrativas do Tribunal, exigindo a manutenção da disponibilidade e do suporte técnico permanente ao longo de toda a vigência contratual, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Divisão de Planejamento das Contratações

1.6. Do Sistema de Registro de Preços: O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o presente certame fundamenta-se no art. 82 da Lei Federal n. 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023, em razão de se tratar de serviço de natureza contínua cujas contratações são frequentes e cujos quantitativos de utilização efetiva não podem ser definidos com precisão previamente, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar correspondente.

1.7. Da justificativa do não fracionamento da contratação:

1.7.1. A presente contratação possui por objeto a prestação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, a ser processada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), configurando-se como solução integrada, indivisível e interdependente, destinada a garantir redundância de acesso à internet e conectividade móvel ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, com integração entre equipamentos de diferentes perfis de capacidade técnica.

1.7.2. O fracionamento do objeto, seja quanto à contratação isolada de planos de conectividade, seja quanto ao fornecimento separado de equipamentos, antenas ou kits veiculares, não se mostra técnica nem economicamente viável, uma vez que a funcionalidade, a interoperabilidade, o desempenho e a continuidade do serviço dependem da integração plena entre os serviços e os equipamentos, bem como da gestão unificada dos níveis de serviço (SLA), a serem assegurados por um único fornecedor registrado, independentemente da capacidade específica de cada equipamento.

1.7.3. A eventual fragmentação da contratação acarretaria aumento de custos operacionais, maior complexidade na gestão das contratações decorrentes da Ata, riscos à continuidade do serviço e prejuízos à eficiência administrativa, inclusive pela perda da responsabilização objetiva e centralizada do fornecedor quanto aos níveis de desempenho, suporte técnico, disponibilidade e tratamento de falhas.

1.7.4. Dessa forma, a contratação estruturada de forma integrada, sem fracionamento indevido do objeto, atende aos princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e gestão de riscos, previstos nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, assegurando coerência entre a solução técnica adotada e a forma de contratação, não caracterizando fracionamento indevido de despesa, mas sim a adoção da solução mais vantajosa para a Administração, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.8. Do prazo de vigência:

1.8.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual ou equivalente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.8.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão de créditos orçamentários, manutenção da vantajosidade econômica e ateste de desempenho satisfatório da contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento dos respectivos equipamentos em regime de comodato, a ser processada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), tem por finalidade assegurar a continuidade, a disponibilidade e a confiabilidade da infraestrutura de conectividade de dados do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP.

A solução deverá prover enlaces de comunicação com níveis de desempenho compatíveis com as demandas institucionais, contemplando perfis diferenciados de capacidade, latência e estabilidade, de modo a atender tanto ambientes fixos quanto cenários móveis e itinerantes. O serviço deverá garantir suporte adequado às atividades administrativas, técnicas e fiscalizatórias, assegurando resiliência operacional, redundância de acesso e manutenção dos níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

2.2. Conforme descrito na CI nº 46/2025 e detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), o contrato atualmente vigente, referente à utilização de solução de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento de antenas satelitais móveis (Starlink ou equivalente), encontra-se em fase final de vigência.

2.3. A não substituição tempestiva da referida solução representa risco significativo à

Divisão de Planejamento das Contratações

continuidade operacional do Tribunal, uma vez que tais antenas constituem o principal mecanismo de contingência para os enlaces terrestres de fibra óptica que atendem os prédios sede e anexos. A indisponibilidade ou degradação dessa infraestrutura poderá comprometer a capacidade de transmissão de dados necessária ao funcionamento dos sistemas corporativos, à comunicação institucional e à execução dos processos eletrônicos, impactando diretamente a prestação dos serviços essenciais sob responsabilidade do Tribunal.

2.4. Ademais, a atuação institucional em ambientes externos — tais como auditorias de campo, ações de fiscalização, visitas técnicas e programas itinerantes, a exemplo do TCE Educa, TCE na Comunidade e iniciativas voltadas à Primeira Infância — demanda a disponibilização de solução de conectividade móvel e veicular capaz de assegurar acesso contínuo, seguro e estável aos sistemas corporativos do Tribunal, inclusive em localidades desprovidas de infraestrutura terrestre adequada ou sujeitas à instabilidade de sinal.

Nesse contexto, as antenas do tipo padrão, com maior capacidade de transmissão, bem como as antenas do tipo Mini, destinadas a cenários móveis e itinerantes, além dos kits veiculares com suporte de fixação, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), mostram-se essenciais para garantir mobilidade operacional, conectividade ininterrupta e plena integração à infraestrutura de rede do TCE/AP.

2.5. Sob a ótica jurídica, a contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos dispositivos que tratam do planejamento da contratação, da gestão de riscos e da continuidade dos serviços públicos essenciais, estando estruturada por meio do Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza continuada do serviço, da possibilidade de contratações futuras por demanda e da impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser utilizado ao longo da vigência da Ata.

2.6. A necessidade de continuidade operacional dos serviços de tecnologia da informação constitui elemento fático relevante para o planejamento da contratação e para a definição da solução técnica adotada, inclusive quanto à diferenciação de capacidade entre os equipamentos, não se confundindo com a forma de contratação, que decorre da análise técnica e jurídica realizada no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Adicionalmente, a situação evidencia a necessidade de manutenção de infraestrutura crítica de TIC e de mitigação de riscos tecnológicos e operacionais já identificados, o que justifica a adoção de modelo de contratação flexível e planejado, apto a garantir eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e preservação da segurança da informação, em consonância com:

- Art. 11 da Lei nº 14.133/2021 (princípios da eficiência e continuidade do serviço público);
- Art. 18, III da Lei nº 14.133/2021 (gestão de riscos e necessidade de mitigação de indisponibilidade de serviços essenciais);
- Resolução Executiva nº 106/2023 – TCE/AP (planejamento e análise de viabilidade operacional);
- Resolução Normativa nº 189/2023 – Políticas de Segurança da Informação - POSIC/TCE-AP (garantia de disponibilidade e resiliência de serviços críticos de TIC).

2.8. Assim, a contratação revela-se técnica, operacional e juridicamente necessária para garantir a resiliência tecnológica do Tribunal, assegurando proporcionalidade entre capacidade técnica e finalidade de uso, prevenindo a interrupção de serviços essenciais, dando suporte às atividades institucionais externas e atendendo de forma tempestiva à necessidade identificada pela área técnica requisitante, nos termos do ordenamento jurídico vigente.

2.9. Nesse contexto, os riscos associados à presente contratação foram devidamente identificados, analisados e tratados, conforme Matriz de Riscos constante do ANEXO I deste Termo de Referência, elaborada em conformidade com o art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Sistema de Gestão de Riscos do TCE/AP, instituído pela Resolução Executiva nº 103/2023 – TCE/AP, a qual integra o planejamento da contratação.

3. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E ORÇAMENTÁRIO

3.1. A presente contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico 2025–2030 do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, em especial aos Objetivos Estratégicos 1, 4 e 5, que

Divisão de Planejamento das Contratações

visam, respectivamente, contribuir para a credibilidade das contas públicas, assegurar a responsabilidade e a eficiência na gestão pública e fortalecer a transparência, integridade, equidade e eficiência da gestão institucional, com foco no fortalecimento da resiliência e da capacidade tecnológica institucional.

3.2. Embora o Tribunal de Contas do Estado do Amapá disponha de Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, verifica-se que a presente contratação não consta de forma específica no referido instrumento de planejamento.

Tal circunstância, contudo, não obsta a sua realização, uma vez que a necessidade decorre de fato superveniente devidamente caracterizado, consubstanciado no vencimento iminente do contrato vigente de conectividade satelital e na ampliação das demandas institucionais relacionadas à mobilidade, à resiliência e à continuidade da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Registra-se que a demanda foi formalmente avaliada pela Unidade Demandante, com ciência e comunicação à área responsável pelo planejamento das contratações, para fins de alinhamento e adequação no âmbito do planejamento institucional, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das normas internas aplicáveis.

3.3. Nessas condições, a contratação revela-se compatível com o planejamento estratégico e orçamentário do Tribunal, observando o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 2º, inciso III, da Resolução Executiva nº 102/2023 – TCE/AP, que condicionam a compatibilização das contratações públicas ao planejamento institucional, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias para assegurar a continuidade de serviços públicos essenciais, a eficiência administrativa e a mitigação de riscos relevantes à atuação do órgão.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação da solução de prestação de serviços de conectividade satelital em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, a ser processada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), é imprescindível para assegurar a continuidade dos serviços críticos de tecnologia da informação do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, com a adoção de soluções tecnológicas compatíveis com diferentes níveis de criticidade operacional.

Tal necessidade decorre, inicialmente, da expiração iminente do contrato vigente das antenas de conectividade satelital móvel atualmente utilizadas como principal mecanismo de contingência para os links terrestres de fibra óptica da instituição, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.2. A descontinuidade dessa solução, sem substituição tempestiva, expõe o Tribunal a riscos operacionais elevados, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), tais como:

4.2.1. Indisponibilidade simultânea da infraestrutura terrestre, ocasionada por falhas regionais, rompimentos de cabos ou eventos climáticos;

4.2.2. Interrupção de sistemas corporativos essenciais, que sustentam o processo eletrônico, a comunicação institucional e os serviços prestados ao cidadão;

4.2.3. Prejuízo à atuação fiscalizatória, especialmente em auditorias in loco, fiscalizações externas e programas institucionais realizados em localidades remotas, que demandam conectividade estável e compatível com o volume de dados trafegados;

4.2.4. Comprometimento do Plano de Continuidade de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, exigido pelas normas de governança, gestão de riscos e segurança da informação do TCE/AP.

4.3. A contratação atende, ainda, à demanda crescente por mobilidade e conectividade autônoma nas ações de campo realizadas pelo Tribunal, tais como TCE Educa, TCE na Comunidade, programas voltados à Primeira Infância, auditorias externas e visitas técnicas. Nesses cenários, a cobertura terrestre mostra-se frequentemente insuficiente ou inexistente, tornando indispensável a adoção de solução satelital portátil e veicular, dimensionada de forma proporcional às necessidades de uso em campo, capaz de prover acesso seguro, contínuo e estável aos sistemas corporativos do Tribunal.

4.4. Trata-se de necessidade real, atual e comprovada, formalmente identificada pela área técnica competente e detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), não configurando imprevisto ou ausência de planejamento, mas sim a adoção de medidas necessárias para mitigar riscos

Divisão de Planejamento das Contratações

operacionais relevantes e garantir a resiliência tecnológica institucional.

4.5. Dessa forma, a contratação é essencial para:

4.5.1. Garantir redundância e contingência à infraestrutura de conectividade institucional, considerando diferentes perfis de capacidade e desempenho dos equipamentos utilizados;

4.5.2. Assegurar a continuidade dos serviços essenciais de TIC, preservando a operação dos sistemas corporativos do Tribunal;

4.5.3. Viabilizar mobilidade técnica e conectividade em campo durante auditorias, fiscalizações e programas institucionais, mediante o uso de equipamentos adequados a cenários móveis, portáteis e itinerantes;

4.5.4. Cumprir as exigências normativas e de governança relativas à segurança da informação, à gestão de riscos e à continuidade de serviços públicos essenciais;

4.5.5. Evitar danos operacionais, financeiros e reputacionais ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP;

4.5.6. Atender de forma eficiente, planejada e tempestiva à necessidade identificada, em consonância com o planejamento da contratação, com o Estudo Técnico Preliminar e com a legislação aplicável às contratações públicas.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na implementação integrada de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), associada ao fornecimento, em regime de comodato, de equipamentos satelitais móveis nas modalidades Padrão e Mini, bem como de kits e acessórios para uso veicular, com diferenciação de capacidade técnica conforme a finalidade de uso, além dos respectivos planos de conectividade móvel, modalidade Pessoa Jurídica, com tráfego contínuo de dados, estruturados sob política de priorização de tráfego, e dos serviços de suporte técnico especializado.

Trata-se de solução abrangente, integrada e escalável, estruturada para assegurar redundância, mobilidade, continuidade operacional, segurança da informação e eficiência tecnológica, ao longo de todo o ciclo de vida da contratação, observada a lógica de contratações futuras decorrentes da Ata de Registro de Preços.

5.2. A abordagem adotada considera o ciclo de vida completo do objeto, desde a disponibilização dos equipamentos e ativação dos planos de dados, passando pela operação cotidiana, suporte técnico e atualizações, até eventuais substituições decorrentes de falhas ou evolução tecnológica, garantindo ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP uma solução tecnicamente adequada, economicamente razoável e operacionalmente sustentável às necessidades institucionais, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.3. Descrição da Solução no Ciclo de Vida do Objeto

5.3.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços contemplarão as seguintes etapas e componentes ao longo do ciclo de vida:

5.3.1.1. Implantação e disponibilização dos serviços e equipamentos registrados, conforme demanda do Tribunal;

5.3.1.2. Entrega, configuração e testes das antenas do tipo padrão e Mini, bem como dos kits veiculares com suporte de teto, observados os perfis técnicos registrados;

5.3.1.3. Integração inicial à infraestrutura de rede e segurança do TCE/AP, incluindo firewalls, balanceadores de carga e mecanismos de failover.

5.3.2. Ativação dos serviços e planos de dados (Pessoa Jurídica):

5.3.2.1. Disponibilização de planos de conectividade móvel, modalidade Pessoa Jurídica, com tráfego contínuo de dados, estruturados sob política de priorização de tráfego, válidos em todo o território nacional, observadas as condições técnicas e operacionais da tecnologia de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO);

5.3.2.2. Habilitação para uso estacionário, portátil e veicular, conforme a necessidade operacional identificada em cada contratação específica.

5.3.3. Operação e manutenção contínua:

Divisão de Planejamento das Contratações

- 5.3.3.1. Operação das antenas como contingência aos links terrestres de fibra óptica nos prédios da sede e do anexo, priorizando equipamentos de maior capacidade de transmissão;
- 5.3.3.2. Atendimento às demandas de auditorias, fiscalizações, programas institucionais itinerantes e deslocamentos oficiais, inclusive com conectividade veicular em movimento;
- 5.3.3.3. Monitoramento contínuo da disponibilidade e desempenho, com SLA mínimo de 99,9% (noventa e nove vírgulas nove por cento), calculado em base mensal, observadas as condições técnicas e operacionais do serviço de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO).
- 5.3.4. Suporte técnico e tratamento de falhas:
- 5.3.4.1. Atendimento técnico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por meio de canais multicanal (telefone, chat e portal), observados os prazos, critérios e níveis de serviço estabelecidos no ANEXO II – Acordo de Nível de Serviço (SLA), o qual prevalecerá para fins de aferição, aplicação de glosas e demais efeitos contratuais;
- 5.3.4.2. Início da atuação técnica em até 4 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado, compreendendo as ações necessárias para diagnóstico e encaminhamento da solução;
- 5.3.4.3. Substituição de equipamentos defeituosos nos prazos definidos no SLA, conforme a criticidade da falha e o perfil de utilização;
- 5.3.4.4. Execução de atualizações de firmware e correções de segurança;
- 5.3.4.5. Manutenção preventiva e corretiva, conforme condições de uso e diretrizes estabelecidas neste Termo de Referência.
- 5.3.5. Atualização e adequação tecnológica:
- 5.3.5.1. Garantia de compatibilidade com as evoluções de infraestrutura do Tribunal;
- 5.3.5.2. Possibilidade de ampliação modular (escalabilidade) de antenas e planos conforme aumento de demanda institucional;
- 5.3.5.3. Adequação permanente às normas de segurança da informação vigentes (POSIC/TCE-AP e boas práticas ISO/IEC 27005, NIST SP 800-30).
- 5.3.6. Desmobilização ao final da vigência:
- 5.3.6.1. Devolução dos equipamentos fornecidos em comodato ao término da vigência da contratação específica;
- 5.3.6.2. Encerramento administrativo com apresentação de relatórios de desempenho, disponibilidade e aderência aos níveis de serviço.
- 5.4. Especificação Técnica dos Produtos e Serviços: A solução satelital deve atender no mínimo aos seguintes requisitos funcionais e não funcionais, conforme já identificado no ETP, sendo:
- 5.4.1. Equipamentos – Antenas Starlink ou equivalente:
- 5.4.1.1. Antenas padrão:
- 5.4.1.1.1. Utilizadas como redundância nos prédios da sede e do anexo;
- 5.4.1.1.2. Capacidade técnica máxima referencial de até 500 Mbps (download) e 20 Mbps (upload), constituindo parâmetro de capacidade técnica máxima, podendo variar em função de condições ambientais, visada do céu, congestionamento da rede e políticas de priorização do provedor;
- 5.4.1.1.3. Latência média referencial inferior a 70 ms, admitida variação decorrente de condições técnicas e operacionais;
- 5.4.1.1.4. Operação com suporte a mobilidade, abrangendo uso estacionário, portátil e veicular, observadas as condições técnicas de funcionamento, as autorizações regulatórias aplicáveis e a política de priorização de tráfego prevista neste Termo de Referência;
- 5.4.1.1.5. Fornecimento de cases de proteção e suportes adequados.
- 5.4.1.2. Antenas Starlink ou equivalente Mini:
- 5.4.1.2.1. Design compacto, para uso portátil em auditorias externas e eventos itinerantes; Fácil montagem, transporte e ativação;

Divisão de Planejamento das Contratações

- 5.4.1.2.2. Compatibilidade com kits veiculares;
- 5.4.1.2.3. Velocidade referencial de até 200 Mbps (download) e 20 Mbps (upload), constituindo parâmetro de capacidade técnica máxima, podendo variar em função de condições ambientais, visada do céu, congestionamento da rede e políticas de priorização do provedor;
- 5.4.2. Kits e acessórios veiculares com suporte de teto (08 unidades):
 - 5.4.2.1. Conjunto compatível com as antenas fornecidas, destinado à instalação em viaturas oficiais;
 - 5.4.2.2. Operação em deslocamento, garantindo conectividade contínua durante trajetos;
 - 5.4.2.3. Inclusão de adaptadores, suportes e cabeamento específicos.
 - 5.4.2.4. Os kits e acessórios veiculares integram a solução do Perfil Mini e estão inclusos no preço unitário do Item 2, não constituindo item autônomo de contratação.
- 5.4.3. Planos de Conectividade (necessariamente Planos de Pessoa Jurídica):
 - 5.4.3.1. Planos de conectividade móvel, modalidade Pessoa Jurídica, com tráfego contínuo de dados, estruturados sob política de priorização de tráfego, contemplando franquia mensal de dados prioritários, sem interrupção do serviço após o seu consumo;
 - 5.4.3.2. Abrangência nacional, com possibilidade de utilização em todo o território brasileiro, inclusive em localidades remotas, observadas as condições técnicas de cobertura, visada do céu, autorizações regulatórias aplicáveis e limitações inerentes à tecnologia de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO);
 - 5.4.3.3. Compatibilidade com uso estacionário, portátil e veicular, conforme o perfil do equipamento utilizado;
 - 5.4.3.4. Latência compatível com a execução de aplicações institucionais críticas, tais como sistemas corporativos, acesso remoto seguro, aplicações em nuvem e videoconferência, observadas as características da tecnologia de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO), admitida variação em função de condições técnicas e operacionais, tomando-se como referência valores médios compatíveis com aplicações interativas;
 - 5.4.3.5. A capacidade de transmissão de dados (velocidade de download e upload) deverá observar o perfil técnico do equipamento utilizado, conforme especificado no item 5.4.1 deste Termo de Referência, constituindo parâmetro de capacidade técnica máxima e referencial, não se caracterizando como garantia de desempenho fixo ou contínuo, estando sujeita a variações decorrentes de condições técnicas e operacionais do serviço.
- 5.5. Serviços de Suporte Técnico:
 - 5.5.1. Atendimento especializado 24x7;
 - 5.5.2. Abertura de chamados via múltiplos canais;
 - 5.5.3. Atualizações permanentes de firmware;
 - 5.5.4. Substituição no prazo definido no SLA, em caso de falhas;
 - 5.5.5. Emissão de relatórios periódicos de disponibilidade e desempenho
- 5.6. Integração com a Infraestrutura do TCE/AP: A solução deve ser totalmente compatível com a arquitetura de TIC do Tribunal, permitindo:
 - 5.6.1. Integração aos mecanismos de balanceamento e failover;
 - 5.6.2. Uso em contingência automatizada para links terrestres;
 - 5.6.3. Aderência às políticas de segurança da informação (POSIC/TCE-AP);
 - 5.6.4. Conectividade segura, com proteção do tráfego por mecanismos de criptografia entre o terminal do usuário e a infraestrutura do provedor, sem prejuízo da adoção de soluções adicionais de segurança pelo Tribunal.
- 5.7. Visão Integrada da Solução Considerado como um todo, o objeto contratado proporcionará ao TCE/AP:
 - 5.7.1. Redundância satelital confiável para manter a operação em caso de indisponibilidade da fibra óptica;
 - 5.7.2. Conectividade portátil e veicular para auditorias, fiscalizações e programas institucionais;

Divisão de Planejamento das Contratações

5.7.3. Maior resiliência operacional e aderência às diretrizes legais de continuidade de serviços públicos;

5.7.4. Redução de riscos operacionais, econômicos e reputacionais;

5.7.5. Operação assistida e monitorada ao longo do ciclo de vida, garantindo estabilidade e qualidade do serviço, com adequação entre capacidade técnica e cenário de utilização.

5.8. Sustentabilidade:

5.8.1.A CONTRATADA deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental durante a execução dos serviços, em conformidade com: a) Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU); b) Plano de Logística Sustentável (TCE/AP); c) Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); d) Legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável.

5.8.2.A contratada deverá adotar, no mínimo, as seguintes práticas: a) destinação ambientalmente adequada dos equipamentos substituídos, componentes eletrônicos e embalagens, observada a logística reversa aplicável; b) uso racional de energia nos equipamentos fornecidos em comodato; c) preferência por equipamentos com certificação de eficiência energética reconhecida; d) controle de resíduos perigosos gerados em manutenções corretivas.

5.8.3.O descumprimento das diretrizes de sustentabilidade estabelecidas neste item sujeitará a CONTRATADA às sanções contratuais cabíveis.

5.8.4.Ao término da vigência contratual ou quando da substituição definitiva de equipamentos, a Contratada deverá proceder ao recolhimento dos bens, assegurando destinação final ambientalmente adequada, sem ônus adicional para a Administração, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

5.8.5.A execução dos serviços deverá observar as orientações do Plano de Logística Sustentável do TCE/AP (PLS/TCE-AP) e o Decreto nº 7.746/2012, no que couber.

5.9. Os serviços devem estar aderentes às diretrizes sociais e ambientais.

5.9.1. Subcontratação:

5.9.1.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto contratual.

5.9.2. Garantia da contratação:

5.9.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual, tendo em vista tratar-se de serviço comum de natureza contínua, cujo acompanhamento se dará por meio de SLA e fiscalização permanente, avaliando-se dispensável sua exigência sem prejuízo ao erário.

6. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação da prestação do serviço de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, a ser processada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), deverá atender integralmente aos requisitos funcionais, não funcionais, operacionais, de segurança da informação e de suporte técnico, necessários para garantir a plena continuidade dos serviços institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, observada a adequação dos níveis de desempenho aos diferentes cenários de uso.

6.2. Tais requisitos são derivados do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e refletem as necessidades de redundância, mobilidade, conectividade veicular e atuação em localidades remotas, compatíveis com as atividades institucionais do Tribunal.

6.3. Requisitos Funcionais - A solução contratada deverá contemplar, no mínimo:

6.3.1. Disponibilidade mínima de 99,9%, com estabelecimento de SLA formal, monitoramento contínuo e métricas de desempenho;

6.3.2. Planos de conectividade móvel, modalidade Pessoa Jurídica, com tráfego contínuo de dados, estruturados sob política de priorização de tráfego, contemplando franquia mensal de dados prioritários, sem interrupção do serviço após o seu consumo, com possibilidade de utilização em todo o território nacional, observadas as condições técnicas e operacionais da tecnologia de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO);

6.3.3. Fornecimento de 04 (quatro) antenas satelitais do tipo padrão, compatíveis com tecnologia

Divisão de Planejamento das Contratações

de órbita baixa (LEO), destinadas à contingência dos links terrestres nos prédios da sede e do anexo, atendendo aos requisitos mínimos de desempenho, latência, mobilidade e disponibilidade definidos neste Termo de Referência, com prioridade para maior capacidade de transmissão de dados;

6.3.4. Fornecimento de 08 (oito) antenas satelitais do tipo Mini, de fácil transporte e rápida ativação, destinadas ao uso em auditorias, fiscalizações e programas institucionais itinerantes, compatíveis com demandas de mobilidade e uso em Campo;

6.3.5. Compatibilidade das antenas do tipo Mini com kits veiculares, com suporte de teto, aptos a operar em deslocamento e manter conectividade contínua durante trajetos oficiais, incluso no Perfil Mini conforme item 1 deste Termo de Referência.

6.3.6. Capacidade de transmissão de dados compatível com o perfil técnico do equipamento utilizado, observando-se, como referência:

6.3.6.1. Capacidade de transmissão referencial de até 500 Mbps (download) e 20 Mbps (upload) para antenas do tipo padrão, constituindo parâmetro de capacidade técnica máxima, não caracterizando garantia de velocidade mínima fixa ou constante;

6.3.6.2. Capacidade de transmissão referencial de até 200 Mbps (download) e 20 Mbps (upload) para antenas do tipo Mini, constituindo parâmetro de capacidade técnica máxima, admitidas variações decorrentes de condições técnicas inerentes ao serviço satelital.

6.3.7. Latência compatível com aplicações institucionais críticas, admitindo-se, como referência técnica, valores médios inferiores a 70 ms, considerando as características da tecnologia LEO;

6.3.8. Portabilidade e facilidade de instalação, com fornecimento de cases de proteção, suportes e acessórios adequados aos diferentes cenários de uso;

6.3.9. Compatibilidade plena com a infraestrutura de rede do TCE/AP, incluindo integração com firewalls, balanceadores de carga e mecanismos de failover, automático ou manual, sem prejuízo da operação simultânea de equipamentos com diferentes capacidades técnicas.

6.4. Requisitos Não Funcionais:

6.4.1. Suporte técnico especializado 24x7, com atendimento por múltiplos canais (telefone, chat e portal), com tempos de resposta compatíveis com a criticidade dos serviços de TIC do Tribunal;

6.4.2. Escalabilidade, permitindo expansão modular da quantidade de antenas, planos ou kits veiculares, mediante contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, mantendo-se a compatibilidade entre equipamentos de diferentes perfis técnicos;

6.4.3. Segurança da informação, com utilização de mecanismos de criptografia e conformidade com a POSIC/TCE-AP, bem como com boas práticas reconhecidas (ISO/IEC 27005, NIST SP 800-30), sem caráter obrigatório de certificação;

6.4.3.1. Segurança da informação, com utilização de mecanismos de criptografia e conformidade com a POSIC/TCE-AP, bem como com boas práticas reconhecidas (ISO/IEC 27005, NIST SP 800-30), sem caráter obrigatório de certificação;

6.4.4. Segurança da informação, com utilização de mecanismos de criptografia e conformidade com a POSIC/TCE-AP, bem como com boas práticas reconhecidas (ISO/IEC 27005, NIST SP 800-30), sem caráter obrigatório de certificação;

6.4.5. Substituição de equipamentos defeituosos nos prazos definidos em SLA, sem ônus adicional para o Tribunal.

6.5. Requisitos de Entrega, Implantação e Documentação - A contratada deverá:

6.5.1. Entregar, configurar e ativar os equipamentos e serviços registrados, conforme demanda do Tribunal e prazos definidos na contratação específica;

6.5.1.1. Após a entrega e a instalação dos equipamentos no local indicado pela Administração, a Contratada deverá proceder à ativação imediata do serviço de conectividade, devendo comprovar, no mesmo ato, a disponibilidade e a plena operacionalidade da solução.

6.5.2. Fornecer manual técnico e instruções de uso para cada tipo de antena e kit veicular, incluindo orientações específicas conforme o perfil técnico de cada equipamento;

6.5.3. Realizar testes de conectividade nos ambientes designados pela SETI;

6.5.4. Emitir relatórios de desempenho, disponibilidade e chamados técnicos, sempre que

Divisão de Planejamento das Contratações

solicitado.

6.5.5.A Contratada deverá encaminhar à Administração, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, relatório mensal de desempenho, contendo, no mínimo:

6.5.5.1. Indicadores de disponibilidade do serviço;

6.5.5.2. Registros de incidentes e indisponibilidades ocorridas;

6.5.5.3. Indicadores de estabilidade e latência;

6.5.5.4. Histórico de chamados técnicos e respectivas soluções.

6.5.5.5. A avaliação do desempenho do serviço será realizada com base em médias e indicadores de continuidade, não sendo consideradas medições instantâneas isoladas

6.6. Requisitos para Integração e Operação - A solução deverá:

6.6.1. Ser compatível com os protocolos, políticas de segurança e arquitetura de rede do TCE/AP;

6.6.2. Permitir integração ao sistema de contingência existente, com capacidade de failover

6.6.3. Operar em ambientes institucionais, em campo e em deslocamento, sem prejuízo da qualidade do serviço, inclusive com uso simultâneo de equipamentos com capacidades técnicas distintas;

6.6.4. Suportar uso simultâneo de sistemas corporativos, plataformas de videoconferência e aplicações de auditoria.

6.7. Requisitos de Suporte, Garantia e Atendimento. Em complemento ao disposto no item 7.4.1, a contratada deverá assegurar:

6.7.1. Suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana;

6.7.2. Manutenção preventiva e corretiva sem custos adicionais;

6.7.3. Substituição de qualquer unidade defeituosa em prazo a ser definido contratualmente, observados os níveis de serviço estabelecidos no SLA;

6.7.4. Atualizações de firmware e melhorias tecnológicas contínuas ao longo da vigência;

6.7.5. Disponibilização de equipe técnica habilitada para atendimento às demandas relacionadas à solução satelital.

6.7.6. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico contínuo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, observados os seguintes prazos máximos de atendimento:

6.7.6.1. Prazo de primeira resposta: até 1 (uma) hora, contada a partir da abertura do chamado;

6.7.6.2. Prazo para início da atuação técnica: até 4 (quatro) horas;

6.7.6.3. Prazo para solução definitiva: até 24 (vinte e quatro) horas, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas.

6.7.6.4. O descumprimento dos prazos estabelecidos neste item sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

6.8. Requisitos Normativos e de Conformidade Legal – a contratação deverá observar:

6.8.1. A Lei nº 14.133/2021, especialmente no tocante ao planejamento da contratação, gestão e alocação de riscos, governança e continuidade do serviço público;

6.8.2. As diretrizes da Política de Segurança da Informação e Comunicação do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE-AP e demais normativos internos relacionados à segurança da informação, bem como boas práticas nacionais e internacionais aplicáveis à segurança de TIC;

6.8.3. A Resolução Executiva nº 106/2023 – TCE/AP e demais normas que regulam procedimentos de contratação e governança de TIC.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto ocorrerá de forma sequencial, integrada e orientada à garantia da continuidade dos serviços institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, por meio das contratações específicas decorrentes da Ata de Registro de Preços, observada a adequação da execução aos diferentes perfis técnicos dos equipamentos registrados.

Divisão de Planejamento das Contratações

7.2. O modelo de execução compreende as etapas de implantação, ativação, operação, suporte, monitoramento e substituição de equipamentos, assegurando que a solução de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO) atenda às necessidades de redundância, mobilidade e conectividade veicular previstas neste Termo de Referência.

7.3. Etapa de Implantação e Ativação Inicial - Cada contratação decorrente da Ata terá início com a disponibilização, entrega e configuração dos equipamentos fornecidos em comodato, de acordo com as especificações técnicas registradas, compreendendo, no mínimo:

7.3.1. Entrega e instalação das antenas do tipo padrão destinadas à sede e ao anexo, incluindo montagem física, configuração inicial, testes de conectividade e integração com firewalls, balanceadores e demais elementos da rede institucional;

7.3.2. Entrega das antenas do tipo Mini, configuradas para uso portátil, incluindo orientações para auditorias, fiscalizações, deslocamentos e eventos externos;

7.3.3. Configuração e teste das antenas do tipo Mini para uso veicular, com instalação dos kits e acessórios correspondentes, validação da conectividade em movimento e orientação à equipe da SETI para operação em deslocamentos oficiais;

7.3.4. Ativação dos planos de conectividade móvel, modalidade Pessoa Jurídica, com tráfego contínuo de dados, estruturados sob política de priorização de tráfego, com validação do desempenho conforme parâmetros de latência, estabilidade e capacidade técnica compatíveis com o perfil de cada tipo de antena, nos termos deste Termo de Referência;

7.3.5. Realização de testes integrados de failover entre os links terrestres e a conectividade satelital;

7.3.6. Essa etapa será acompanhada tecnicamente pela SETI e deverá ser concluída nos prazos definidos na contratação específica decorrente da Ata de Registro de Preços.

7.3.7. A entrega e instalação dos equipamentos deverá ocorrer na sede do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, na Coordenadoria de Administração de Dados e Redes, localizada na Avenida FAB, nº 900, Centro, Macapá/AP, no horário de 8h às 13h, ou em outro local formalmente indicado pela Administração.

7.4. Dos requisitos de desempenho do serviço

7.4.1. Velocidade e Qualidade da Conexão

7.4.1.1. A solução de conectividade via satélite deverá apresentar capacidade de transmissão de dados compatível com o perfil técnico do equipamento utilizado, constituindo parâmetro de capacidade técnica máxima e referencial de até 500 Mbps (quinhentos megabits por segundo) para download e 20 Mbps (vinte megabits por segundo) para upload, quando utilizadas antenas do tipo Padrão, e de até 200 Mbps (duzentos megabits por segundo) para download e 20 Mbps (vinte megabits por segundo) para upload, quando utilizadas antenas do tipo Mini, não se caracterizando como garantia de desempenho fixo ou contínuo, estando sujeita a variações decorrentes de condições técnicas e operacionais inerentes à tecnologia de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO).

7.4.1.2. As velocidades contratadas deverão ser suficientes para garantir a adequada utilização dos sistemas corporativos, aplicações em nuvem, videoconferências, acesso remoto seguro e demais atividades institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, considerando a finalidade de uso e o perfil técnico de cada tipo de antena.

7.4.1.3. A aferição da velocidade e da qualidade da conexão será realizada de forma amostral, com base nas métricas disponibilizadas pela contratada em suas ferramentas de monitoramento, bem como por verificações realizadas pela fiscalização técnica, considerando-se médias compatíveis com o padrão tecnológico do serviço contratado, observadas as características técnicas de cada perfil de antena.

7.4.2. Latência, Estabilidade e Desempenho Operacional

7.4.2.1. A solução deverá apresentar latência compatível com a tecnologia LEO, adequada ao uso de aplicações interativas, videoconferência e acesso a sistemas corporativos, observadas as características técnicas da solução ofertada, sem distinção de qualidade mínima entre os perfis de antena.

7.4.2.2. Eventuais oscilações pontuais de velocidade ou latência, desde que não

Divisão de Planejamento das Contratações

comprometam de forma recorrente a prestação adequada do serviço, não serão consideradas, por si só, como descumprimento contratual.

7.4.2.3. A ocorrência de degradação recorrente do desempenho, caracterizada por falhas reiteradas que impactem a utilização regular dos serviços institucionais, deverá ser registrada pela fiscalização e tratada pela contratada nos prazos estabelecidos no SLA, independentemente do tipo de antena em operação.

7.5. Etapa de Operação e Utilização Cotidiana – após a ativação, o serviço será operado de forma contínua e integrada às atividades institucionais, observando:

7.5.1. Utilização das antenas do tipo padrão como mecanismo de redundância e contingência para garantir a continuidade dos serviços críticos de TIC na sede e no anexo;

7.5.2. Disponibilização das antenas do tipo Mini para auditorias externas, fiscalizações, programas institucionais itinerantes e eventos oficiais;

7.5.3. Operação dos kits veiculares para conectividade em trânsito, permitindo acesso seguro aos sistemas corporativos durante deslocamentos oficiais;

7.5.4. Compatibilidade com sistemas administrativos, aplicativos de auditoria, plataformas de videoconferência e demais ferramentas institucionais.

7.6. Etapa de Suporte Técnico e Atendimento Operacional – a contratada deverá garantir suporte técnico especializado 24x7, abrangendo:

7.6.1. Atendimento por telefone, chat e portal;

7.6.2. Suporte remoto para configuração, reinicialização e diagnóstico;

7.6.3. Substituição de equipamentos defeituosos nos prazos definidos em SLA;

7.6.4. Manutenção preventiva e corretiva sem custos adicionais;

7.6.5. Execução de atualizações de firmware e melhorias de segurança.

7.6.6. O suporte deverá observar rigorosamente os níveis de serviço definidos no SLA estabelecido neste Termo de Referência, independentemente do tipo de antena em operação, abrangendo o registro, acompanhamento e resolução de todos os incidentes relacionados à prestação do serviço de conectividade e ao funcionamento dos equipamentos fornecidos em comodato, conforme detalhado no ANEXO II — Acordo de Nível de Serviço (SLA).

7.7. Monitoramento da Performance, SLA e Continuidade – o serviço será monitorado continuamente pela área técnica, com base em:

7.7.1. Métricas de disponibilidade, estabilidade e latência;

7.7.2. Indicadores de uso, tráfego e desempenho;

7.7.3. Relatórios periódicos encaminhados pela contratada;

7.7.4. Integração aos mecanismos de contingência automática e manual (failover).

7.8. Gestão de Incidentes e Ações Corretivas – o modelo de execução contempla um fluxo estruturado para tratamento de incidentes:

7.8.1. Registro e abertura de chamado técnico;

7.8.2. Análise e diagnóstico pela contratada;

7.8.3. Aplicação de medidas corretivas nos prazos contratuais;

7.8.4. Substituição de antenas ou componentes, quando necessário;

7.8.5. Comunicação formal aos fiscais;

7.8.6. Registro histórico para avaliação da performance contratual.

7.9. Etapa de Substituição, Atualização e Adequação Tecnológica – durante a vigência, a contratada deverá:

7.9.1. Substituir equipamentos com falhas, obsolescência ou desempenho incompatível com o SLA;

7.9.1.1. Em caso de falha, defeito ou mau funcionamento dos equipamentos fornecidos em regime de comodato que comprometam a prestação adequada do serviço, a Contratada deverá proceder à substituição do equipamento defeituoso nos prazos máximos estabelecidos no ANEXO II – Acordo de Nível de Serviço (SLA), contados da abertura formal do chamado

Divisão de Planejamento das Contratações

técnico, os quais variam conforme a criticidade operacional e o perfil de uso do equipamento (sede/anexo ou operações móveis e itinerantes).

7.9.1.2. Para fins de interpretação, execução e fiscalização contratual, prevalecerão os prazos de substituição definidos no ANEXO II – Acordo de Nível de Serviço (SLA), por se tratar de instrumento específico de definição de níveis de serviço e métricas operacionais.

7.9.1.3. Nos casos em que a falha não implique interrupção total do serviço, a substituição poderá ser realizada em prazo superior, desde que devidamente justificada pela contratada e aceita formalmente pela fiscalização, sem prejuízo do cumprimento dos níveis de serviço definidos no SLA.

7.9.1.4. A substituição dos equipamentos deverá ocorrer sem ônus adicional para a contratante, incluindo custos de logística, instalação, configuração e testes necessários à plena retomada do serviço.

7.9.1.5. Enquanto perdurar a substituição do equipamento, a contratada deverá adotar medidas mitigadoras, quando tecnicamente viáveis, para minimizar impactos à continuidade do serviço, considerando as capacidades técnicas do equipamento afetado.

7.9.2. Implementar atualizações de firmware e patches de segurança;

7.9.3. Assegurar compatibilidade com adaptações da infraestrutura do TCE/AP;

7.9.4. Oferecer soluções tecnologicamente atualizadas.

7.10. Desmobilização ao Final da Vigência. Ao final da contratação, caberá à contratada:

7.10.1. Recolher os equipamentos fornecidos em comodato em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento da vigência contratual, ficando a contratada responsável pela logística e pelos custos de retirada;

7.10.2. Desativar os planos de conectividade correspondentes;

7.10.3. Apresentar relatório final de desempenho;

7.10.4. Colaborar com a SETI para transição segura e sem impacto à continuidade das operações.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão da contratação será exercida pelo TCE/AP por meio de gestor e fiscais formalmente designados por portaria, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução Executiva nº 104/2023-TCE/AP.

8.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

8.3. A gestão das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços será conduzida de forma estruturada, preventiva e orientada à garantia da continuidade e da qualidade dos serviços, adotando-se modelo de gestão baseado no acompanhamento sistemático dos níveis de serviço (SLA), no controle das entregas, no monitoramento dos riscos e no registro formal das ocorrências, conforme disposto nos arts. 117 e 121 da Lei nº 14.133/2021, bem como nas normas internas aplicáveis do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, considerando os diferentes perfis técnicos dos equipamentos contratados.

8.4. Estrutura de Governança da Gestão Contratual.

8.4.1. A gestão do contrato será realizada pelas seguintes instâncias:

8.4.1.1. Fiscal Técnico: servidor designado pela SETI, responsável pela verificação da adequada prestação dos serviços, do funcionamento das antenas e kits veiculares, da conectividade móvel, da operação dos planos satelitais e da conformidade técnica com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo a verificação dos níveis de desempenho esperados para cada tipo de antena;

8.4.1.2. Fiscal administrativo: servidor responsável pelo acompanhamento documental, atesto das faturas, controle de prazos, conferência de relatórios, verificação das condições das contratações decorrentes da Ata e comunicação institucional com a empresa contratada;

8.4.1.3. Gestor da Ata / das Contratações: autoridade designada, responsável pela

Divisão de Planejamento das Contratações

coordenação geral da gestão, pela tomada de decisões estratégicas, pela comunicação formal com a contratada e pela adoção de providências necessárias à solução de pendências técnicas e administrativas.

8.4.2. Os fiscais e o gestor atuarão em conformidade com as atribuições previstas nas normas internas de gestão e fiscalização de contratos do TCE/AP, bem como nos instrumentos legais que disciplinam a matéria.

8.4.3. Acompanhamento da Execução e Verificação dos Serviços - O acompanhamento ocorrerá de forma contínua e sistemática, abrangendo:

8.4.3.1. Monitoramento dos níveis de serviço (SLA), incluindo disponibilidade mínima de 99,9%, estabilidade do sinal, qualidade da conectividade e tempos de resposta da contratada;

8.4.3.2. Registro formal de ocorrências por meio de abertura de chamados técnicos, relatórios periódicos de desempenho, painéis de monitoramento ou logs disponibilizados pela prestadora;

8.4.3.3. Verificação da funcionalidade e disponibilidade dos equipamentos fornecidos em comodato (antenas do tipo padrão, antenas do tipo Mini e kits veiculares), incluindo substituições nos prazos definidos em SLA, observadas as características técnicas específicas de cada equipamento;

8.4.3.4. Checagem da integração com a infraestrutura de TIC do Tribunal, especialmente quanto ao funcionamento dos mecanismos de failover e balanceamento de carga.

8.4.3.5. Avaliação do suporte técnico prestado, considerando prazos de atendimento, qualidade das soluções apresentadas e cumprimento dos níveis de serviço acordados.

8.4.4. Gestão de Riscos

8.4.4.1. A gestão das contratações incluirá o monitoramento contínuo dos riscos identificados no planejamento da contratação e na Matriz de Riscos, especialmente aqueles relacionados à indisponibilidade do serviço, falhas em equipamentos, demora no atendimento técnico e impactos à continuidade dos serviços de TIC, considerando os diferentes níveis de criticidade operacional.

8.4.4.2. Caberá ao gestor e aos fiscais:

8.4.4.2.1. Reavaliar periodicamente os riscos e registrar atualizações;

8.4.4.2.2. Implementar medidas de mitigação cabíveis;

8.4.4.2.3. Acionar a contratada de forma imediata em situações que comprometam os serviços essenciais;

8.4.4.2.4. Propor medidas corretivas ou preventivas, caso necessário.

8.4.5. Comunicação Institucional e Tratamento de Ocorrências.

8.4.5.1. A gestão do contrato deverá assegurar comunicação formal, clara e tempestiva entre as partes, garantindo:

8.4.5.1.1. Utilização de canais oficiais para solicitações, notificações e acompanhamento dos serviços;

8.4.5.1.2. Registro de todas as ocorrências relevantes em sistema próprio ou instrumento de acompanhamento;

8.4.5.1.3. Notificação formal à contratada em caso de descumprimento contratual ou risco iminente à continuidade dos serviços;

8.4.5.1.4. Respostas ágeis às demandas que possam comprometer a operação institucional.

8.4.6. Avaliação Periódica da Execução.

8.4.6.1. O desempenho da contratada será avaliado periodicamente com base em critérios objetivos, tais como:

8.4.6.1.1. Cumprimento dos níveis de disponibilidade e estabilidade da conexão;

8.4.6.1.2. Tempo de resposta do suporte técnico;

8.4.6.1.3. Qualidade da conectividade em cenários estacionários, portáteis e veiculares, conforme os perfis de utilização;

Divisão de Planejamento das Contratações

- 8.4.6.1.4. Efetividade da contingência para os links terrestres da sede e do anexo;
- 8.4.6.1.5. Satisfação da área usuária quanto à mobilidade e eficiência operacional.
- 8.4.6.1.6. Relatórios periódicos poderão ser exigidos para subsidiar o atesto das faturas, a revisão do risco e a avaliação final da execução contratual.
- 8.4.7. Encerramento da Vigência e Desmobilização.
- 8.4.7.1. Ao final da vigência de cada contratação decorrente da Ata, o gestor e os fiscais deverão:
 - 8.4.7.1.1. Verificar a devolução dos equipamentos fornecidos em comodato, em condições adequadas de funcionamento, ressalvado o desgaste natural;
 - 8.4.7.1.2. Conferir pendências, chamados e incidentes registrados;
 - 8.4.7.1.3. Elaborar relatório final de execução contendo análise do desempenho, conformidade e eventuais recomendações para contratações futuras;
 - 8.4.7.1.4. Atestar o encerramento formal do contrato.

9. DA GESTÃO E ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A contratação está sujeita ao gerenciamento de riscos, nos termos do art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e da Resolução Executiva nº 103/2023-TCE/AP, que institui o Sistema de Gestão de Riscos do TCE/AP.
- 9.2. Os riscos identificados, suas probabilidades, impactos, responsáveis e medidas de tratamento encontram-se detalhados na Matriz de Riscos constante do ANEXO I deste Termo de Referência.
- 9.3. Em atendimento ao disposto no art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, os riscos relacionados à presente contratação foram identificados, avaliados, alocados e tratados conforme Matriz de Riscos constante do ANEXO I deste Termo de Referência, a qual integra o instrumento para todos os fins, devendo ser observada no âmbito da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, considerando os diferentes perfis técnicos e operacionais dos equipamentos registrados.
- 9.4. A Matriz de Riscos estabelece a distribuição objetiva de responsabilidades entre a Administração e a Contratada, considerando a natureza dos riscos, a probabilidade de ocorrência, o impacto potencial e a capacidade de mitigação de cada parte, inclusive quanto aos riscos associados à operação simultânea de equipamentos com capacidades técnicas distintas, em ambientes fixos, móveis e veiculares.
- 9.5. A Matriz de Riscos deverá ser observada durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações específicas dela decorrentes, servindo de subsídio à gestão e à fiscalização, bem como à adoção de medidas preventivas e corretivas e, quando cabível, à aplicação de sanções administrativas, nos termos da legislação vigente. A alocação dos riscos foi realizada de modo a atribuí-los, preferencialmente, à parte que detenha melhores condições técnicas, operacionais ou gerenciais para sua mitigação, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e segurança jurídica, sem prejuízo da proporcionalidade entre risco, capacidade técnica e finalidade de uso dos equipamentos.
- 9.6. A alocação dos riscos foi realizada de modo a atribuir cada risco, preferencialmente, à parte que detenha melhores condições técnicas, operacionais ou gerenciais para sua mitigação, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e segurança jurídica, preservando a proporcionalidade entre nível de risco, capacidade técnica e finalidade de uso dos equipamentos.

10. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 10.1. A medição, a aferição e o pagamento dos serviços obedecerão aos critérios objetivos estabelecidos neste item, em conformidade com o art. 40, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O período de aferição corresponderá ao mês de referência de cada contratação específica decorrente da Ata de Registro de Preços.
- 10.3. A aferição, a medição e o atesto dos serviços ocorrerão mensalmente, por contratação

Divisão de Planejamento das Contratações

específica decorrente da Ata de Registro de Preços, observados os critérios objetivos estabelecidos na Tabela 1.

10.3.1. Para fins de aferição do desempenho, apuração do Acordo de Nível de Serviço (SLA) e aplicação de glosas, a medição será realizada em base mensal, considerando-se como fonte primária os painéis e relatórios técnicos disponibilizados pela Contratada, validados pela fiscalização do contrato.

A Administração poderá utilizar medições independentes, por meio de ferramentas próprias ou de terceiros, para fins de verificação, auditoria e controle.

Em caso de divergência relevante entre as medições da Contratada e as medições independentes da Administração, prevalecerá a medição que apresentar maior consistência técnica e aderência aos critérios definidos neste Termo de Referência, mediante análise fundamentada do Fiscal do Contrato, assegurado o contraditório à Contratada.

Para o cálculo do SLA e eventual aplicação de glosas, serão consideradas apenas as indisponibilidades imputáveis à Contratada, excluídas as janelas de manutenção programada previamente comunicadas e os eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

Tabela 1 – Critérios de Medição, Aferição do SLA e Faturamento

ASPECTO AVALIADO	CRITÉRIO OBJETIVO	FONTE DE VERIFICAÇÃO	IMPACTO NO FATURAMENTO
Disponibilidade mensal do serviço	≥ 99,9%	Painel/relatórios do provedor validados pela fiscalização	Faturamento integral
Disponibilidade mensal do serviço	≥ 98% e < 99,9%	Idem	Glosa de 5% sobre o valor mensal
Disponibilidade mensal do serviço	< 98%	Idem	Glosa de 10% sobre o valor mensal, sem prejuízo de sanções
Indisponibilidades consideradas	Apenas imputáveis à contratada	Registros de incidentes	Eventos de força maior e manutenções programadas são excluídos
Operacionalidade dos equipamentos	Funcionamento adequado das antenas e kits veiculares	Relatórios técnicos / inspeção da fiscalização	Condição para atesto
Cumprimento do SLA de suporte	Atendimento e solução dentro dos prazos acordados	Registros de chamados	Pode ensejar glosa e outras medidas
Substituição de equipamentos	Substituição tempestiva quando necessário	Ordens de serviço / registros	Condição para manutenção do faturamento

Tabela 2 – Documentos Obrigatórios para Atesto Mensal

DOCUMENTO / INFORMAÇÃO	DESCRIÇÃO	OBRIGATORIEDADE
Relatório de disponibilidade	Dados de uptime, interrupções e desempenho	Obrigatório
Registros de incidentes	Chamados abertos, causa e solução	Quando houver
Relatório de latência e qualidade	Métricas técnicas da conexão	Obrigatório

Divisão de Planejamento das Contratações

Comprovação de operação	Evidência de funcionamento dos links e equipamentos	Obrigatório
Relatórios de manutenção	Preventiva ou corretiva, quando aplicável	Quando houver
Nota fiscal	Emitida conforme legislação vigente	Obrigatório

Tabela 3 – Condições para Atesto da Fatura

CONDIÇÃO	EXIGÊNCIA
Disponibilidade mínima	≥ 99,9%, salvo hipóteses justificadas
Falhas recorrentes	Não admitidas sem tratamento adequado
Integridade dos equipamentos	Equipamentos operacionais ou substituídos tempestivamente
Requisitos técnicos	Capacidade, latência e estabilidade compatíveis com o perfil da antena
Suporte técnico	Atendimento dentro dos prazos do SLA

10.4. O não atendimento aos critérios estabelecidos nas Tabelas 1 a 3 e aos parâmetros definidos no ANEXO II – Acordo de Nível de Serviço (SLA) poderá ensejar a aplicação de glosas, exclusivamente nos percentuais definidos, sem prejuízo de outras medidas administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5. O pagamento estará condicionado ao atesto técnico e administrativo, após a verificação da conformidade da documentação apresentada e do cumprimento dos critérios objetivos de desempenho.

10.6. Das glosas por descumprimento qualitativo:

10.6.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

10.6.1.1. Não produzir os resultados acordados;

10.6.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

10.6.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7. Recebimento:

10.7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente e definitivamente, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e na Resolução Executiva n.º 107/2023–TCE/AP.

10.8. Liquidação:

10.8.1. O prazo para liquidação da despesa será de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo e das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Resolução Executiva nº 111/2023-TCE/AP.

10.8.2. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

10.8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.8.3.1. o prazo de validade;

10.8.3.2. a data da emissão;

10.8.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

10.8.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

10.8.3.5. o valor a pagar; e

Divisão de Planejamento das Contratações

10.8.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

10.8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.8.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.8.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.8.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.9. Prazo de pagamento:

10.9.1. O prazo será de 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa, nos termos do Resolução Executiva n.º 111/2023–TCE/AP.

10.10. Forma de pagamento:

10.10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.10.5. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.11. Antecipação de pagamento:

10.11.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

10.12. Cessão de crédito:

10.12.1. Não será admitida a cessão de crédito na celebração do presente termo de contrato.

10.13. Reajuste:

10.13.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no primeiro ano de vigência contratual, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.13.2. Na hipótese de prorrogação contratual que ultrapasse o interregno de 12 (doze) meses, os preços serão reajustados mediante aplicação do Índice de Serviços de

Divisão de Planejamento das Contratações

Telecomunicações — IST/ANATEL, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, por meio de apostilamento.

11. DOS EQUIPAMENTOS, DO REGIME DE COMODATO E DAS RESPONSABILIDADES

11.1. Disposições Gerais.

11.1.1. Para a execução dos serviços de conectividade via satélite, a contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários ao pleno funcionamento da solução, observadas as especificações técnicas, os perfis de uso e as capacidades técnicas previstas neste Termo de Referência.

11.1.2. Os equipamentos fornecidos destinam-se exclusivamente à viabilização da prestação do serviço contratado, não se caracterizando como objeto autônomo de aquisição.

11.2. Fornecimento e Utilização dos Equipamentos.

11.2.1. A contratada deverá fornecer os equipamentos compatíveis com os diferentes perfis de utilização previstos neste Termo de Referência, incluindo ambientes fixos, móveis e veiculares, observadas as diferenças de capacidade técnica e finalidade de uso de cada tipo de equipamento.

11.2.2. A utilização dos equipamentos deverá ocorrer em conformidade com as orientações técnicas da contratada e com as diretrizes operacionais da Administração, vedado o emprego em finalidades incompatíveis com o perfil técnico do equipamento disponibilizado.

11.3. Regime de Comodato.

11.3.1. Os equipamentos necessários à prestação dos serviços de conectividade via satélite serão fornecidos pela contratada exclusivamente em regime de comodato, permanecendo sob sua propriedade integral durante toda a vigência de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, não havendo opção de compra, transferência de domínio ou incorporação patrimonial ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP.

11.3.2. Ao término da vigência contratual, os equipamentos deverão ser devolvidos à contratada, observadas as condições de uso regular e o desgaste natural decorrente da utilização normal, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.3.3. Compete à contratada a responsabilidade pela adequada manutenção, atualização, substituição e pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos em comodato, durante toda a vigência contratual, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e as diferenças de capacidade técnica e finalidade de uso dos equipamentos.

11.4. Danos Decorrentes de Falha Técnica.

11.4.1. A contratada será integralmente responsável pela substituição ou reparo dos equipamentos que apresentarem falha técnica, defeito de fabricação ou desgaste natural decorrente do uso regular, sem qualquer ônus adicional para a contratante, independentemente do tipo de antena, equipamento auxiliar ou kit veicular envolvido.

11.4.2. Eventuais danos decorrentes de uso inadequado, dolo ou culpa comprovada por parte da Administração deverão ser apurados em procedimento próprio, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Danos, Perda ou Extravio

11.5.1. Nos casos de dano, perda ou extravio dos equipamentos fornecidos em comodato, a responsabilidade será apurada conforme a natureza do evento, observados os seguintes critérios, consideradas as condições operacionais e o ambiente de uso: 1

11.5.2. Uso regular e adequado, conforme as orientações técnicas da contratada: não ensejará responsabilização da contratante ou de seus agentes;

11.5.3. Caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados: não ensejará responsabilização da contratante;

11.5.4. Dolo ou culpa grave, devidamente comprovados após regular apuração administrativa:

11.5.4.1. Poderá ensejar a responsabilização do responsável, nos termos da legislação aplicável.

11.5.4.2. A eventual responsabilização por dano, perda ou extravio dependerá de processo administrativo específico, com observância do contraditório e da ampla defesa, vedada qualquer imputação automática.

11.6. Uso Veicular e em Atividades Externas.

11.6.1. Considerando que parte dos equipamentos será utilizada em viaturas oficiais, atividades

Divisão de Planejamento das Contratações

de fiscalização, auditorias externas e eventos institucionais, a contratada deverá fornecer equipamentos e kits compatíveis com esse tipo de uso, devidamente homologados e adequados à operação móvel, compatíveis com os diferentes perfis de antena contratados.

11.6.2. A utilização dos equipamentos em atividades externas, quando realizada nos termos deste Termo de Referência, não caracteriza uso indevido, não ensejando responsabilização automática por eventuais avarias.

11.7. Devolução dos Equipamentos.

11.7.1. Ao término da vigência de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, os equipamentos fornecidos em regime de comodato deverão ser devolvidos à contratada em condições compatíveis com o desgaste natural decorrente do uso regular, observadas as particularidades de uso de cada tipo de equipamento.

11.7.2. Eventuais pendências relativas a danos ou extravios deverão ser tratadas de forma administrativa, observadas as disposições deste Termo de Referência e da legislação vigente.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de procedimento de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando ao registro de solução de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), considerando tratar-se de serviços de natureza comum, com características padronizáveis, destinados a atender demandas recorrentes e variáveis do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP.

12.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas conforme a necessidade da Administração, mediante a emissão de nota de empenho ou instrumento contratual equivalente, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, condicionadas à análise de vantajosidade, à disponibilidade orçamentária e à efetiva demanda administrativa, conforme demonstrado na CI nº 46/2025 e no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

12.3. Forma de Seleção do Fornecedor – a seleção ocorrerá com base nos seguintes elementos:

12.3.1. Pesquisa de preços realizada em conformidade com os arts. 23 e 24 da Lei nº 14.133/2021, com utilização de propostas formais, preços públicos e referências de mercado;

12.3.2. Análise de compatibilidade técnica, considerando a aderência integral da proposta às especificações, requisitos técnicos e condições deste Termo de Referência, inclusive quanto aos níveis de desempenho definidos para cada tipo de antena.

12.3.3. Verificação do atendimento às condições de habilitação, conforme a legislação aplicável;

12.3.4. Identificação da vantajosidade da solução, mediante avaliação conjunta do preço ofertado, do ciclo de vida do objeto e dos benefícios operacionais decorrentes da contratação.

12.4. Critérios de Seleção – serão observados os seguintes critérios objetivos:

12.4.1. Atendimento integral às especificações técnicas do serviço e dos equipamentos fornecidos em comodato, observados os diferentes perfis técnicos;

12.4.2. Proposta compatível com o valor estimado e com os preços praticados no mercado;

12.4.3. Conformidade com os requisitos de desempenho, SLA, suporte técnico 24x7 e substituição de equipamentos nos prazos definidos;

12.4.4. Comprovação de capacidade técnica e operacional para fornecimento de solução de conectividade via satélite em tecnologia LEO;

12.4.5. Atendimento às exigências legais, fiscais e administrativas necessárias à formalização das contratações.

12.5. Regime de Execução.

12.5.1. A execução do objeto dar-se-á em regime de prestação de serviço contínuo, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, observando-se que:

12.5.1.1. O serviço de conectividade via satélite será prestado de forma contínua, com monitoramento e suporte técnico durante a vigência de cada contratação;

12.5.1.2. Os equipamentos permanecerão como propriedade da contratada, sendo disponibilizados ao TCE/AP exclusivamente para uso durante a vigência da contratação específica;

Divisão de Planejamento das Contratações

12.5.1.3. As contratações decorrentes da Ata poderão ser formalizadas por nota de empenho, nos termos do art. 95, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando cabível;

12.5.1.4. O pagamento será efetuado mediante medição mensal, condicionado ao atesto técnico e administrativo, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

12.6. Justificativa do Modelo de Seleção e Execução.

12.6.1. O modelo adotado, que combina registro de preços e seleção objetiva por critérios técnicos e de vantajosidade, assegura:

12.6.1.1. Atendimento tempestivo às necessidades institucionais identificadas;

12.6.1.2. Continuidade dos serviços críticos de tecnologia da informação;

12.6.1.3. Mitigação dos riscos operacionais mapeados no planejamento da contratação;

12.6.1.4. Economicidade e proporcionalidade em relação ao valor das contratações;

12.6.1.5. Aderência aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, motivação e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.7. Critérios de aceitabilidade de preços:

12.7.1. O valor máximo aceitável para registro em Ata será aquele apurado na pesquisa de preços realizada pela unidade competente, conforme metodologia estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nos normativos internos do TCE/AP, constante dos autos do Processo nº TC/010117/2025-TCE/AP.

12.8. Da aplicação da margem de preferência:

12.8.1. Não cabe a aplicação da margem de preferência na presente contratação.

12.9. Exigências de habilitação:

12.9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.9.1.1. Os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e social, bem como os de habilitação econômico-financeira poderão ser parcial ou totalmente substituídos pelo SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

12.9.1.2. Serão exigidos os documentos de habilitação listados a baixo, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

12.9.2. Habilitação jurídica:

12.9.2.1. **Pessoa física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

12.9.2.2. **Empresário individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.9.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

12.9.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.9.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.9.2.6. **Sociedade simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.9.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas

Divisão de Planejamento das Contratações

Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.9.2.8. **Sociedade cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.9.2.8.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.9.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

12.9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.9.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.9.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

12.9.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.9.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

12.9.4. Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), atestados por profissional habilitado da área contábil;

12.9.4.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.9.4.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.9.5. Qualificação Técnica:

12.9.5.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO) ou equivalente, com fornecimento de equipamentos e suporte técnico, em características compatíveis com o objeto desta contratação.

12.9.5.2. Os atestados deverão indicar expressamente: a) Razão social e CNPJ do contratante; b) Razão social e CNPJ da contratada; c) Objeto do contrato executado; d) Período

Divisão de Planejamento das Contratações

de execução; e) Declaração de execução satisfatória;

12.9.5.3. Será admitida a apresentação e o somatório de atestados distintos para comprovação da capacidade técnica exigida.

12.9.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.9.6. Disposições gerais sobre habilitação:

12.9.6.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.9.6.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.9.6.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.9.6.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.9.6.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13. DO CUMPRIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (Lei n. 13.709/2018)

13.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, observados os princípios da finalidade, necessidade e minimização de dados, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual, desde que tais terceiros atuem como operadores ou sub-operadores devidamente autorizados.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados. 16.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

13.4. Para fins de formalização e execução do contrato, o CONTRATANTE coletará dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados exclusivamente para as finalidades contratuais, nos termos da LGPD.

13.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados, incluindo a apresentação de relatório preliminar do incidente.

Divisão de Planejamento das Contratações

13.6. A CONTRATADA deverá indicar, formalmente, encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO), nos termos do art. 41 da Lei nº 13.709/2018, disponibilizando ao CONTRATANTE canal de comunicação para o exercício dos direitos dos titulares.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. O Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, como contratante, deverá cumprir as seguintes obrigações para viabilizar a adequada execução dos serviços contratados:

- 14.1.1. Fornecer à contratada as informações necessárias à instalação e operação dos equipamentos;
- 14.1.2. Garantir acesso aos locais de instalação, manutenção e testes.
- 14.1.3. Assegurar condições apropriadas para instalação e funcionamento dos equipamentos;
- 14.1.4. Zelar pelo uso adequado dos equipamentos recebidos em comodato, em conformidade com as orientações técnicas da contratada e com a finalidade institucional.
- 14.1.5. Designar gestor e fiscais do contrato;
- 14.1.6. Monitorar a execução, registrando falhas e demandando correções;
- 14.1.7. Comunicar formalmente a contratada sobre ocorrências relacionadas ao serviço.
- 14.1.8. Conferir e atestar as notas fiscais, condicionando o pagamento ao cumprimento dos critérios de medição;
- 14.1.9. Realizar os pagamentos dentro dos prazos legais após o devido atesto;
- 14.1.10. Utilizar o serviço e os equipamentos exclusivamente para fins institucionais;
- 14.1.11. Observar as normas internas de segurança da informação, incluindo aquelas relacionadas à proteção de dados pessoais;
- 14.1.12. Informar imediatamente a contratada sobre incidentes que comprometam o funcionamento da solução;
- 14.1.13. Devolver os equipamentos fornecidos em comodato ao final da vigência, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis após o encerramento contratual, conforme item 7.10.1 deste Termo de Referência;
- 14.1.14. Participar da elaboração do relatório final de execução.
- 14.1.15. Notificar formalmente a CONTRATADA sobre eventuais irregularidades na execução contratual, assegurando o prazo de defesa antes da aplicação de qualquer sanção administrativa.
- 14.1.16. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com este Termo de Referência e seus anexos.
- 14.1.17. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, às expensas da contratada.
- 14.1.18. Comunicar a contratada para emissão de nota fiscal referente à parcela incontroversa da execução, quando houver controvérsia sobre dimensão, qualidade ou quantidade do objeto, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.1.19. Aplicar à contratada as sanções previstas na legislação e neste Termo de Referência, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.1.20. Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações da contratada relacionadas à execução contratual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período.
- 14.1.21. Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Divisão de Planejamento das Contratações

15.1. A contratada, responsável pela prestação dos serviços de conectividade via satélite em tecnologia LEO e pelo fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, deverá cumprir integralmente as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual.

15.2. Fornecedor e Disponibilização dos Equipamentos.

15.2.1.1. Disponibilizar, em regime de comodato, todos os equipamentos necessários à plena execução do objeto, incluindo antenas padrão, antenas Mini, kits veiculares, suportes convencionais e de teto para as antenas veiculares, cabos, fontes de alimentação, cases de transporte e demais acessórios, compatíveis com os diferentes perfis técnicos previstos neste Termo de Referência;

15.2.1.2. Entregar os equipamentos em perfeitas condições de uso, devidamente testados e atualizados;

15.2.1.3. Proceder à substituição no prazo definido no SLA, de qualquer equipamento que apresente defeito, mau funcionamento ou desempenho incompatível com os requisitos estabelecidos.

15.2.2. Implantação, Configuração e Ativação dos Serviços

15.2.2.1. Realizar a instalação, ativação e configuração dos equipamentos nos locais designados pelo TCE/AP;

15.2.2.2. Integrar a solução satelital à infraestrutura do Tribunal, incluindo firewalls, balanceadores, mecanismos de failover e demais elementos técnicos;

15.2.2.3. Garantir que os planos de conectividade ofertados estejam ativos, com tráfego contínuo de dados, estruturados sob política de priorização de tráfego, e plenamente operacionais, com possibilidade de utilização em todo o território nacional, observadas as condições técnicas e operacionais da tecnologia de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO).

15.2.3. Prestação dos Serviços de Conectividade

15.2.3.1. Assegurar a prestação contínua do serviço satelital, com disponibilidade mínima de 99,9%, observando os níveis de serviço (SLA) definidos;

15.2.3.2. Garantir velocidades compatíveis com o serviço contratado e latência adequada ao uso de sistemas institucionais, videoconferências e aplicações críticas, observados os parâmetros técnicos definidos para cada tipo de antena;

15.2.3.3. Manter estabilidade operacional, com redução de interrupções ou oscilações indevidas.

15.2.4. Suporte Técnico, Manutenção e Atendimento.

15.2.4.1. Disponibilizar suporte técnico especializado 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de telefone, chat e portal;

15.2.4.2. Registrar, acompanhar e solucionar incidentes em prazos compatíveis com o SLA estabelecido;

15.2.4.3. Realizar manutenção preventiva e corretiva sempre que necessário, sem ônus adicional ao Tribunal;

15.2.4.4. Manter registro histórico de incidentes, chamados e soluções aplicadas, disponibilizando tais informações quando solicitadas pela fiscalização.

15.3. Segurança da Informação e Conformidade Técnica

15.3.1. Assegurar que toda a solução contratada esteja em conformidade com as diretrizes de segurança da informação do TCE/AP, incluindo padrões de criptografia, integridade dos dados e controle de acessos, bem como com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados;

15.3.2. Aplicar atualizações de firmware, correções de segurança e melhorias tecnológicas sempre que necessário para garantir o desempenho e a estabilidade do serviço;

15.3.3. Garantir o sigilo e a confidencialidade de todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução de cada contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, inclusive após o seu encerramento, observadas as disposições da legislação vigente, da Política de Segurança da Informação do TCE/AP e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Divisão de Planejamento das Contratações

15.4. Obrigações Administrativas e Contratuais

15.4.1. Apresentar, mensalmente, relatório de desempenho contendo indicadores de disponibilidade, latência, estabilidade, incidentes e atendimentos;

15.4.2. Emitir nota fiscal correspondente ao período de faturamento, em conformidade com o serviço efetivamente prestado e com as normas fiscais vigentes;

15.4.3. Atender tempestivamente às notificações, solicitações ou recomendações emitidas pelo gestor ou pelos fiscais do contrato;

15.4.4. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, obrigações decorrentes do contrato sem autorização expressa do TCE/AP.

15.4.5. Manter preposto aceito pelo TCE/AP durante toda a vigência contratual, para representá-la na execução do objeto e atender às determinações do gestor e dos fiscais do contrato.

15.4.6. Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitado.

15.4.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados ao TCE/AP ou a terceiros em decorrência da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), não sendo a fiscalização contratual causa excludente dessa responsabilidade.

15.4.8. Comunicar ao TCE/AP, imediatamente, qualquer impossibilidade de cumprimento de obrigação contratual, para adoção das medidas de contingência cabíveis.

15.4.9. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TCE/AP ou dos fiscais e gestor contratuais, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Desmobilização ao Final da Vigência.

15.5.1. Recolher todos os equipamentos fornecidos em comodato, em perfeito estado de funcionamento, salvo desgaste natural decorrente do uso adequado;

15.5.2. Disponibilizar relatório final de execução, contendo histórico de desempenho, incidentes e demais informações relevantes;

15.5.3. Colaborar com a SETI na transição dos serviços, garantindo que o encerramento contratual não afete a continuidade das atividades institucionais.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao TCE/AP ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas das alíneas "b", "c" e "d", sempre que não se justificar penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas das alíneas "e", "f", "g" e "h", bem como nas alíneas "b", "c" e "d" que justifiquem penalidade mais grave;
- d) Multa:

Divisão de Planejamento das Contratações

- d1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- d2) Atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a extinção do contrato por descumprimento, conforme art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021;
- d3) Compensatória de 10% a 25% do valor do contrato, para as infrações das alíneas "e" a "h";
- d4) Compensatória de 26% a 30% do valor do contrato, para inexecução total prevista na alínea "c";
- d5) De 20% a 30% do valor da parcela inadimplida, para a infração da alínea "b";
- d6) De 10% a 19% do valor da parcela inadimplida, para as infrações da alínea "d".
- 16.3. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao TCE/AP.
- 16.4. Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observando-se:
- 16.4.1. Prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação do Contratado;
- 16.4.2. Se a multa aplicada for superior ao valor devido, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente;
- 16.4.3. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação da autoridade competente;
- 16.4.4. As notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços cadastrados na proposta comercial e/ou no SICAF, não cabendo alegação de desconhecimento.
- 16.5. Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos causados ao TCE/AP; e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 16.6. Após o trânsito em julgado, as sanções aplicadas serão registradas no CEIS e no CNEP, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

17. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. O valor total da presente contratação direta é de R\$ R\$ 467.621,16 (quatrocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e vinte um reais e dezesseis centavos), com a seguinte composição:

17.1.1. Perfil Padrão – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (1TB): R\$ 129.221,16 (valor médio anual).

17.1.2. Perfil Mini – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (500 GB): R\$ 338.400,00 (valor médio anual).

17.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada conforme previsto nos arts. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando a análise de preços realizada pela área técnica, por meio de pesquisa junto aos fornecedores da solução satelital Starlink ou equivalente e demais referências de mercado, conforme registrado na CI nº 46/2025 e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, observados os critérios de equivalência técnica e funcional definidos neste Termo de Referência.

17.3. A pesquisa de preços contemplou os valores unitários dos planos de conectividade móvel, modalidade Pessoa Jurídica, estruturados sob tráfego contínuo de dados e política de priorização de tráfego, contemplando franquias mensais de dados prioritários compatíveis com os perfis técnicos definidos neste Termo de Referência, bem como dos equipamentos fornecidos em regime de comodato (antenas do tipo Padrão, antenas do tipo Mini e kits veiculares com suporte de teto), considerando os diferentes perfis técnicos e capacidades de desempenho, compondo a estimativa global para a vigência prevista da contratação.

17.4. Para fins de estimativa do valor e aferição de vantajosidade, foram consideradas referências de mercado e propostas comerciais obtidas junto a fornecedores de soluções de conectividade satelital em tecnologia LEO, observados os critérios de equivalência técnica definidos neste Termo de Referência, sem restrição à marca ou fornecedor específico, cujos valores mostram-se compatíveis com os preços praticados no mercado.

17.5. A estimativa apresentada assegura a vantajosidade, a economicidade e a compatibilidade com os preços praticados no mercado, atendendo ao planejamento da contratação e às necessidades operacionais do TCE/AP relacionadas à continuidade dos serviços de

Divisão de Planejamento das Contratações

conectividade via satélite.

17.6. Registra-se que, considerando a limitação de mercado para o perfil de franquia mensal mínima de 500 GB com dados prioritários em tecnologia de órbita baixa (LEO), modalidade Pessoa Jurídica, a pesquisa de preços concentrou-se em fornecedores que ofertam solução tecnicamente compatível com os requisitos definidos neste Termo de Referência, não havendo ampla multiplicidade de ofertantes nesse segmento específico. Tal circunstância foi devidamente analisada na fase interna, não configurando restrição indevida de competitividade, mas reflexo da estrutura tecnológica e comercial do mercado de conectividade satelital LEO corporativa.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP.

18.2. Para se dar cumprimento ao artigo 6º, XXIII, "j", da Lei nº 14.133/21, a declaração orçamentária será parte integrante deste Termo de Referência, sendo a ela anexada para todos os fins nos autos do Processo: TC/ 010117/2025-TCE/AP.

18.3. As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento à presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado do Amapá e pela Lei Orçamentária Anual do Estado do Amapá.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

19.2. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas estaduais aplicáveis, com base nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, publicidade e interesse público, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e nos princípios gerais dos contratos.

20. RESPONSÁVEIS

20.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva nº 108/2023–TCE/AP.

Macapá/AP, 06 de março de 2026.

Demandante:

RODRIGO SEBASTIANI
Secretário de Tecnologia da Informação
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

Elaborador:

JONEY SOUSA CAPIBERIBE
Coordenadoria de Administração de Dados e Redes
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA
Divisão de Planejamento das Contratações - DPLANC
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

De acordo:

SIMONE APARECIDA ZANATTA
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações - DPLANC
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)



**Tribunal de Contas
do Estado do Amapá**

Divisão de Planejamento das Contratações

ANEXO I – MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O presente Anexo estabelece a Matriz de Gestão de Riscos da Contratação, em atendimento ao disposto na Resolução Executiva nº 103/2023-TCE/AP, que institui o Sistema de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – SGR-TCE/AP.

A gestão de riscos integra o planejamento da contratação e tem por objetivo identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar os riscos que possam comprometer a continuidade, a eficiência e a efetividade da solução de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), considerando os diferentes perfis técnicos e operacionais dos equipamentos previstos no Termo de Referência.

2. METODOLOGIA DE GESTÃO DE RISCOS

A identificação e análise dos riscos consideraram:

- a criticidade da conectividade de dados para as atividades finalísticas e administrativas do TCE/AP;
- a natureza continuada do serviço;
- o fornecimento de equipamentos em regime de comodato;
- a operação em ambientes fixos, móveis e veiculares;
- a diferenciação de capacidade técnica entre os equipamentos, notadamente antenas do tipo padrão e do tipo Mini.

Os riscos foram avaliados qualitativamente quanto à probabilidade de ocorrência (Baixa, Média ou Alta) e quanto ao impacto institucional (Baixo, Médio ou Alto), resultando na definição do nível do risco, para fins de priorização e tratamento, conforme as diretrizes do SGR-TCE/AP.

3. MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Nº	Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas de Tratamento / Mitigação	Responsável
1	Indisponibilidade total do serviço de conectividade via satélite	Falhas técnicas, operacionais ou climáticas	Média	Alto	Alto	Definição de SLA de disponibilidade; redundância tecnológica; suporte técnico contínuo; aplicação de penalidades contratuais	Contratada
2	Desempenho incompatível com a capacidade técnica referencial dos equipamentos (velocidade ou latência)	Congestionamento de rede, limitações técnicas ou falhas estruturais	Média	Alto	Alto	Monitoramento contínuo por indicadores de estabilidade e disponibilidade; avaliação por médias; atuação corretiva; possibilidade de glosa em caso de degradação recorrente	Contratada
3	Interpretação indevida da	Falha de compreensão	Baixa	Médio	Baixo	Redação clara no Termo de	Administração / Contratada

Divisão de Planejamento das Contratações

Nº	Risco Identificado	Causa Provável	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Medidas de Tratamento / Mitigação	Responsável
	capacidade de transmissão (Mbps) como garantia de velocidade mínima fixa	contratual ou operacional				Referência e no contrato quanto ao caráter referencial da capacidade técnica; orientação aos fiscais e usuários	
4	Atraso na substituição de equipamentos fornecidos em regime de comodato	Problemas logísticos ou indisponibilidade de estoque	Baixa	Médio	Médio	Previsão contratual de prazo máximo para substituição; controle de chamados e fiscalização	Contratada
5	Interrupção do serviço em atividades externas, itinerantes ou fiscalizações	Instalação inadequada, falha de configuração ou uso fora do perfil técnico	Média	Médio	Médio	Procedimentos operacionais padronizados; suporte técnico; adequação do uso ao perfil do equipamento (padrão ou Mini)	Contratada
6	Uso inadequado dos equipamentos móveis ou portáteis	Falta de orientação operacional ou planejamento de uso	Baixa	Médio	Baixo	Orientação aos usuários; planejamento prévio das demandas; controle administrativo	Unidade Demandante
7	Falhas no acompanhamento e na fiscalização contratual	Ausência de monitoramento sistemático	Baixa	Alto	Médio	Designação formal de gestor e fiscais; registros periódicos de acompanhamento; capacitação da equipe	Administração

4. TRATAMENTO DO RISCO E RISCO RESIDUAL

Após a implementação das medidas de mitigação previstas, os riscos remanescentes serão considerados riscos residuais aceitáveis, compatíveis com a criticidade do serviço, com as características da tecnologia satelital LEO e com os objetivos institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

Caso seja identificado risco superveniente ou agravamento de risco existente, deverão ser adotadas medidas adicionais de tratamento, observadas as diretrizes do SGR-TCE/AP.

5. MONITORAMENTO DOS RISCOS

- O monitoramento dos riscos será realizado ao longo de toda a execução contratual, competindo ao Gestor e aos Fiscais do Contrato:

-

Divisão de Planejamento das Contratações

- Acompanhar o cumprimento dos níveis de serviço e de disponibilidade;
- Registrar ocorrências relevantes;
- Comunicar riscos emergentes;
- Propor ações corretivas e preventivas, quando necessário.

6. RESPONSABILIDADES

A gestão de riscos observará o princípio da **segregação de funções**, cabendo:

- à **Contratada**, a adoção das medidas operacionais de mitigação dos riscos sob sua responsabilidade;
- à **Administração**, por meio do Gestor e dos Fiscais do Contrato, o acompanhamento, o monitoramento e o tratamento dos riscos residuais

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Matriz de Gestão de Riscos integra o Termo de Referência para todos os fins legais e administrativos, atendendo integralmente ao disposto na Resolução Executiva nº 103/2023-TCE/AP, devendo ser observada durante toda a vigência da contratação e das contratações dela decorrentes.

Elaborado por:

MAYK CAMPELO PINHEIRO

Coordenador de Administração de Dados e Redes
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

JONEY SOUSA CAPIBERIBE

Coordenadoria de Administração de Dados e Redes
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

Divisão de Planejamento das Contratações

ANEXO II – ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

1. Disponibilidade do Serviço

A conectividade via satélite deverá apresentar disponibilidade mensal mínima conforme estabelecido neste Acordo de Nível de Serviço, considerada a prestação contínua do serviço durante o período de referência.

Indicador	Nível mínimo exigido	Forma de medição	Consequência
Disponibilidade mensal da conectividade	≥ 99,9%	Registros do provedor, relatórios técnicos e validação pela fiscalização	Aplicação de glosas conforme Item 11 do Termo de Referência

Considera-se indisponibilidade imputável à contratada toda interrupção não justificada por eventos de força maior ou manutenções previamente comunicadas e aceitas pela fiscalização.

2. Qualidade da Conectividade

A qualidade do serviço deverá ser compatível com aplicações corporativas críticas do Tribunal, observadas as características técnicas inerentes às soluções de órbita baixa (LEO).

Indicador	Parâmetro de referência	Forma de verificação
Latência	Compatível com aplicações corporativas críticas	Relatórios técnicos, medições amostrais e testes pontuais
Estabilidade	Ausência de quedas recorrentes	Histórico de incidentes e registros de chamados
Perda de pacotes	Dentro de padrões aceitáveis para soluções LEO	Monitoramento técnico

3. Atendimento e Suporte Técnico

A Contratada deverá assegurar suporte técnico especializado para a solução de conectividade via satélite, observados os seguintes níveis mínimos de serviço:

Indicador	Nível exigido
Disponibilidade do atendimento	24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana
Prazo máximo de resposta inicial	Até 4 (quatro) horas , contado do registro formal do chamado
Prazo máximo para solução ou mitigação	Até 24 (vinte e quatro) horas para falhas críticas e até 72 (setenta e duas) horas para falhas não críticas

§1º Para fins de SLA, considera-se resposta inicial o início da atuação técnica da Contratada, compreendendo diagnóstico preliminar, comunicação formal ao Fiscal do Contrato e definição do plano de tratamento da falha.

§2º Os prazos estabelecidos neste item aplicam-se a todos os perfis de antena (Padrão e Mini), sem distinção, ressalvadas as regras específicas de substituição de equipamentos previstas neste Acordo de Nível de Serviço.

§3º O descumprimento dos prazos de resposta ou de solução definidos neste item poderá ensejar aplicação de glosas e demais sanções administrativas, nos termos do Termo de Referência e da Lei nº 14.133/2021.

4. Substituição de Equipamentos

Divisão de Planejamento das Contratações

Os equipamentos fornecidos em regime de comodato deverão ser substituídos nos seguintes prazos máximos, contados da abertura do chamado técnico:

Situação	Prazo máximo
Falha em equipamento utilizado na sede ou no anexo	Até 24 (vinte e quatro) horas
Falha em equipamento utilizado em operações móveis ou itinerantes	Até 72 (setenta e duas) horas

5. Planos de Conectividade Móvel e Política de Uso

Eventuais políticas de uso justo (fair use), priorização ou limitação de tráfego, inerentes à tecnologia de conectividade via satélite em órbita baixa (LEO), deverão ser previamente informadas pela Contratada à Administração e aplicadas de forma transparente.

A aplicação dessas políticas não poderá resultar em interrupção do serviço, bloqueio permanente de tráfego ou degradação que inviabilize o uso institucional básico da conectividade, devendo permanecer compatível com as franquias mensais de dados prioritários, os níveis de serviço (SLA) e os demais parâmetros técnicos definidos neste Termo de Referência.

O descumprimento dessas condições caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas..

6. Monitoramento e Auditoria

A Administração poderá utilizar ferramentas próprias ou medições independentes para validação das informações fornecidas pela contratada, inclusive para fins de aferição do cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste Acordo de Nível de Serviço.

Elaborado por:

MAYK CAMPELO PINHEIRO

Coordenador de Administração de Dados e Redes
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

JONEY SOUSA CAPIBERIBE

Coordenadoria de Administração de Dados e Redes
(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

MINUTA DE CONTRATO N.º .../2026-TCE/AP

Processo Eletrônico n. TC/010117/2025-TCE/AP

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO AMAPÁ E A EMPRESA XXXXXXXXXX,
PARA OS FINS NELE DECLARADOS.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida FAB, 900, Centro, CEP. 68.906-922, Município de Macapá, Estado do Amapá, devidamente inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ n. 34.870.246/0001-36, denominado **TCE/AP** ou **CONTRATANTE**, representado por seu Presidente, o **Conselheiro**, brasileiro, residente na cidade de Macapá-AP e, do outro lado a Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, situada em, Cidade - UF, CEP.:, Telefone:, E-mail:, neste ato representada por, domiciliado em seu endereço profissional, denominada **CONTRATADA**, celebram o presente **CONTRATO**, para atender às necessidades do TCE/AP, submetendo-se às disposições constantes no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar Estadual n.º 108/2018, Decreto Federal n.º 8.538/2015, Decreto Estadual n.º 1.715/2023, Decreto Estadual n.º 1.716/2023, e nas Resoluções Executivas do TCE/AP, disponível para acesso no endereço eletrônico (<https://www.tce.ap.gov.br>), subsidiariamente, no que couber, pela Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC), legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos e às cláusulas e condições aqui estabelecidas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato é decorrente do Pregão Eletrônico nº [.../2026-TCE/AP], originado no Processo Eletrônico nº TC/010117/2025-TCE/AP, com base no Parecer Jurídico nº [A COMPLEMENTAR]/2026-CONJUR/TCE-AP, constante no referido processo, em observância às disposições do art. 37, XXI, da Constituição Federal, dos arts. 6º, XLI, 28, I, e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, e da Resolução Executiva nº 105/2023-TCE/AP.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de serviços de conectividade via satélite, em tecnologia de órbita baixa (LEO), a ser processada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com fornecimento dos respectivos equipamentos em regime de comodato, destinados a assegurar a redundância do acesso à internet nos prédios institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP, observada a diferenciação de capacidade técnica entre os equipamentos, não caracterizando garantia de velocidade mínima fixa, mas de capacidade máxima suportada conforme o perfil de cada solução.

2.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSE R	UND	QTD.	V. UNIT	V. MENSAL	V. TOTAL
1	Perfil Padrão – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (1 TB): prestação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), modalidade Pessoa Jurídica, com franquia mínima mensal	26557	UND	4			



	de 1 TB de dados prioritários, incluindo Unidade 4 x x fornecimento de Antena Satelital Padrão em comodato, ativação, operação, suporte técnico 24x7, manutenção, substituição de equipamentos e atendimento aos níveis de serviço (SLA), com capacidade técnica compatível com até 500 Mbps, destinada à contingência dos enlaces da sede e anexo do TCE/AP						
2	Perfil Mini – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (500 GB): prestação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), modalidade Pessoa Jurídica, com franquia mínima mensal de 500 GB de dados prioritários, incluindo fornecimento de Antena Satelital Mini em comodato, kits e acessórios veiculares, ativação, operação, suporte técnico 24x7, manutenção, substituição de equipamentos e atendimento aos níveis de serviço (SLA), com capacidade técnica compatível com até Unidade 8 x x 200 Mbps, destinada a auditorias, fiscalizações, eventos institucionais e atuação em localidades remotas.	26557	UND	8			
VALOR TOTAL							

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1.1. Termo de Referência;

2.3.1.2. **PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2026 – CCC/TCE/AP**, que deu origem à contratação;

2.3.1.3. Proposta da **CONTRATADA**;

2.3.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.4. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

1. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à avaliação, pelo Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, atentando para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.2.2. Ser juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.2.3. Ser juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

1.2.4. Ser comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

1.2.5. Não haver registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público (Cadin), nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, incluído pela Lei nº 14.973/2024.

1.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.4. A prorrogação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONTRATUAL

2.1. As especificações, inclusive técnicas, exigidas para conclusão e/ou entrega do objeto deste contrato são aquelas já pormenorizadas no Termo de Referência e seus anexos, bem como na proposta da Contratada.

3. CLÁUSULA QUINTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto do contrato.

5. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$... (...), perfazendo o valor total estimado anual de R\$... (...).

5.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente demandados e fornecidos no período, em conformidade com o Sistema de Registro de Preços.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. Na omissão ou incorreta cotação de valores de despesas ordinárias diretas e indiretas na proposta da CONTRATADA, estes serão considerados como inclusos nos preços, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional ao CONTRATANTE, à exceção do disposto no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.7. O pagamento somente será autorizado após o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, no prazo estipulado pelo Termo de Referência.

5.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo após a comprovação da regularização, sem ônus para o CONTRATANTE.

5.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, não sendo devida retenção à CONTRATADA optante do Simples Nacional, condicionada à apresentação de documento oficial comprobatório desse enquadramento.

5.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.11. Constatada irregularidade fiscal da CONTRATADA, o CONTRATANTE notificará a empresa para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa. Não sendo regularizada a pendência, o CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e adotará as medidas necessárias à rescisão contratual, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

6. CLÁUSULA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. São formas de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste Contrato:

6.1.1. Revisão de contrato ou reequilíbrio econômico e financeiro em sentido estrito;

6.1.2. Atualização monetária por pagamento diferido;

6.1.3. Reajustamento de preços;

6.2. Da revisão de contrato:

6.2.1. A revisão do contrato é o instrumento destinado à alteração do contrato para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, na forma do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Da atualização monetária por pagamento diferido:

6.3.1. A atualização monetária por pagamento diferido é a medida excepcional destinada a corrigir os efeitos do processo inflacionário e da desvalorização da moeda entre a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura de determinada parcela do contrato e o seu pagamento efetivo, quando o adimplemento pela Contratante não for efetuado após 30 (trinta) dias da data em que deveria ser efetuado, calculado, proporcionalmente, nos mesmos índices do reajustamento do contrato ou, no caso de contratação de serviços de mão de obra residente, no índice definido ao reajustamento dos custos decorrentes de mercado.

6.4. Do reajustamento de preços:

6.4.1. O reajustamento de preços é o instrumento destinado à correção inflacionária dos valores inicialmente contratados, com base na variação do **Índice de Serviços de Telecomunicações — IST/ANATEL**, publicado pela Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, aplicável por se tratar de contratação de serviços de telecomunicações.

6.4.1.1. Aplicada em qualquer época da vigência do contrato, atendida sempre a periodicidade admitida em lei e que no momento é de 1 (um) ano, a contar da apresentação do orçamento estimado, ou da proposta da Contratada quando aplicável, por meio de Termo de Apostilamento;

6.4.1.2. No caso de suspensão, extinção ou vedação do índice escolhido, fica desde já eleito o que venha a substituí-lo, e na hipótese de ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

6.4.1.3. Nos termos que dispõe a Lei nº 14.133/2021:



6.4.1.3.1. Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada, conforme Lei nº 14.133/2021.

6.4.1.3.2. A contratada ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

7. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE, além daquelas dispostas no Termo de Referência:

7.1.1. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como indicar pessoas para executar o objeto, estabelecer vínculo de subordinação com seus funcionários, fixar salários inferiores ao definido em lei, demandar execução de tarefas fora do escopo contratual ou prever exigências que constituam intervenção indevida na gestão interna da empresa.

7.1.2. Informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da aplicação da sanção.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve observar as seguintes obrigações, além daquelas prevista no Termo de Referência e sem prejuízo de outras legalmente previstas:

8.1.1. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

8.1.2. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TCE/AP ou dos fiscais e gestor contratuais, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução do objeto, não sendo a fiscalização contratual causa excludente dessa responsabilidade.

8.1.4. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução do contrato, inclusive após o seu encerramento, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados — LGPD (Lei nº 13.709/2018) e com a Política de Segurança da Informação do TCE/AP.

8.1.5. A CONTRATADA não tem direito adquirido à renovação ou continuidade do contrato, tampouco à manutenção de condições que eventualmente lhe sejam mais favoráveis em detrimento do interesse público.

9. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, LGPD e E-SOCIAL

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

9.2. A CONTRATADA obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e com as determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, a que tiver acesso em razão do vínculo contratual com o TCE/AP.

9.2.1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.2.2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses expressamente permitidas em lei.



9.2.3. A CONTRATADA deverá informar o CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados, relacionados à execução deste objeto.

9.2.4. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, podendo o CONTRATANTE exigir declaração firmada por representante da empresa atestando o cumprimento dessa obrigação.

9.2.5. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento das disposições desta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.2.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando as informações solicitadas no prazo fixado pelo CONTRATANTE.

9.2.7. Os documentos e informações a que a CONTRATADA tiver acesso e que não forem de natureza pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011, sejam de caráter pessoal, processual ou institucional, serão criteriosamente resguardados sob sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa pelos danos decorrentes de divulgação não autorizada ou utilização indevida.

9.2.8. Terminado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, excetuadas as hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, enquanto não prescritas.

9.2.9. Considerando que a solução contratada pode envolver o trânsito de dados por infraestrutura localizada no exterior, a CONTRATADA deverá assegurar que eventual transferência internacional de dados pessoais observe os requisitos estabelecidos nos arts. 33 a 36 da LGPD, comunicando o CONTRATANTE sempre que tal situação ocorrer.

9.3. O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações emitidas na forma da LGPD.

9.4. A CONTRATADA obriga-se a manter a regularidade das informações de seus empregados no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas — e-Social, em conformidade com o Decreto nº 8.373/2014 e demais normas aplicáveis, apresentando os comprovantes de regularidade sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DE OBJETO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual, tendo em vista tratar-se de serviço comum de natureza contínua, cujo acompanhamento se dará por meio de SLA e fiscalização permanente, avaliando-se dispensável sua exigência sem prejuízo ao erário.

11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução deste Contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este instrumento, que vincula esta contratação independentemente de transcrição.

11.2. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE, nem demais responsabilizações de natureza civil ou penal.

11.3. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Os atos tipificados como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 que também constituam atos lesivos nos termos da Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos naquela lei, nos termos do art. 159 da Lei nº 14.133/2021.



12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção na hipótese acima ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia, e caso tal comunicação ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. Quando for o caso, o termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada para execução, conforme legislação aplicável; e

12.8.1. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 139, IV, da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCE/AP ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação, ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que adequadamente fundamentadas e observados os princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Consultoria Jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, nos termos do art. 136 c/c art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021, incluindo:



13.5.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

13.5.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

13.5.3. Alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;

13.5.4. Empenho de dotações orçamentárias;

13.5.5. Anotação das circunstâncias de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato que motivem a prorrogação automática do cronograma de execução, conforme art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A dotação orçamentária indicada está devidamente registrada no sistema de execução orçamentária e financeira do TCE/AP, conforme previsto na legislação vigente, e é suficiente para suportar os encargos decorrentes da presente contratação, sendo que para o exercício de 2026 foi empenhado o valor de R\$ [A COMPLEMENTAR] ([A COMPLEMENTAR]), conforme Nota de Empenho nº 2026NE [A COMPLEMENTAR], para prestação dos serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento de equipamentos em regime de comodato.

14.2. O valor empenhado atende às despesas até 31/12/2026, sendo que o CONTRATANTE se obriga a empenhar o restante do valor contratual no próximo exercício financeiro, condicionado à disponibilidade orçamentária e à comprovação da vantajosidade da continuidade da contratação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

15.1. Os empregados e prepostos da Contratada não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo por conta exclusiva da Contratada todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, inclusive as fixadas em norma coletiva de trabalho, previdenciária fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar.

16. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE:

15.1. Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, caput, §2º da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Macapá/AP, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

18.2. Para constar, e como prova deste ajuste, foi lavrado o presente que, depois de lido e achado conforme, foi assinado eletronicamente/digitalmente pelos contratantes, com certificado eletrônico e senha pessoal intransferível, por meio do arquivo eletrônico (em extensão.pdf) enviado por correspondência eletrônica, extraíndo-se cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133/21, bem como no respectivo sítio oficial na Internet do CONTRATANTE.

Macapá-AP, ... de de 2026.



Tribunal de Contas do Estado do Amapá

AMAPÁ

Conselheiro

Presidente do TCE/AP

(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

CNPJ n.

Sr.(a).

Representante Legal

RESPONSÁVEIS:

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva nº 108/2023–TCE/AP, a Minuta do Contrato será assinada pela Divisão de Planejamento das Contratações e pelo Secretário de Administração.

Elaboração - DPLANC:

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE/AP

(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

De acordo - DPLANC:

SIMONE APARECIDA ZANATTA

Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações

(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO AMAPÁ**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XXX/2026-TCE/AP

PROCESSO ELETRÔNICO N. TC/010117/2025-TCE/AP

PREGÃO, na forma ELETRÔNICA-SRP N. XXX/2026-TCE/AP

VALIDADE: 12 (doze) meses

HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, incisos I e III do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

O **Tribunal de Contas do Estado do Amapá – TCE/AP**, inscrito no CNPJ nº 34.870.246/0001-36, com sede na Avenida FAB, nº 900, Centro, Macapá/AP, CEP 68.906-922, sítio eletrônico www.tce.ap.gov.br, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado por seu Presidente, Conselheiro [A COMPLEMENTAR], considerando a homologação do Pregão Eletrônico nº [A COMPLEMENTAR]/2026-TCE/AP, realizado em [A COMPLEMENTAR], constante nos autos do Processo Eletrônico nº TC/010117/2025-TCE/AP, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata de Registro de Preços nº [A COMPLEMENTAR]/2026-TCE/AP, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, XXI, da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 1.716/2023, das Resoluções Executivas do TCE/AP e, subsidiariamente, no que couber, da Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), com fornecimento dos respectivos equipamentos em regime de comodato, especificados no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº [A COMPLEMENTAR]/2026 – CCC/TCE/AP, que integra esta Ata independentemente de transcrição, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições, nos termos do art. 15 do Decreto Estadual nº 1.716/2023 c/c o art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSE R	UND	QTD. MÁX	V. UNIT	V. MENSAL	V. TOTAL
1	Perfil Padrão – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (1 TB): prestação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), modalidade Pessoa Jurídica, com franquia mínima mensal de 1 TB de dados prioritários, incluindo Unidade 4x fornecimento de Antena Satelital Padrão em comodato, ativação, operação, suporte técnico 24x7, manutenção, substituição	26557	UND	4			



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO AMAPÁ**

	de equipamentos e atendimento aos níveis de serviço (SLA), com capacidade técnica compatível com até 500 Mbps, destinada à contingência dos enlaces da sede e anexo do TCE/AP						
2	Perfil Mini – Solução Integrada de Conectividade via Satélite LEO (500 GB): prestação de serviços de conectividade via satélite em tecnologia de órbita baixa (LEO), modalidade Pessoa Jurídica, com franquia mínima mensal de 500 GB de dados prioritários, incluindo fornecimento de Antena Satelital Mini em comodato, kits e acessórios veiculares, ativação, operação, suporte técnico 24x7, manutenção, substituição de equipamentos e atendimento aos níveis de serviço (SLA), com capacidade técnica compatível com até Unidade 8 200 Mbps, destinada a auditorias, fiscalizações, eventos institucionais e atuação em localidades remotas.	26557	UND	8			
VALOR TOTAL							

2.3. O fornecedor classificado é o seguinte:

1º Classificada – Empresa detentora da ARP		
Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Endereço Eletrônico:		
Representante:		
RG n.º/Órgão Expedidor/UF:		CPF n.º:

2.4. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 1.716/2023.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta ATA pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA	V.UNITÁRIO	V. MENSAL	TOTAL



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO AMAPÁ**

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, que exercerá suas atribuições por intermédio da Coordenadoria de Compras e Contratos.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DAS ADESÕES A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. Para Órgão Gerenciador realizar manifestação sobre a possibilidade de adesão, os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços deverão encaminhar solicitação através do **Portal de Compras do Governo Federal Compras.gov.br**, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Número do pregão eletrônico, número da ata de registro de preços, especificação técnica do item na ARP, marca, modelo, fabricante, quantidade solicitada, valor unitário e valor total da solicitação.

4.2.2. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

4.2.3. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.4. Aceitação prévia do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços.

4.2.5. Caberá ao fornecedor observar as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor:

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões:

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Vedação a acréscimo de quantitativos:

4.8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.9. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e

o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

5. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2. Mantiverem sua proposta original;

5.7.2.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8. O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.2.2, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.12. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.13. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.14. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.10, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.7.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO AMAPÁ**

poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso:

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.9.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na ata poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

8.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento implique local de entrega ou de prestação de serviços em município distinto do originariamente previsto, ou envolva órgãos ou entidades de Estados distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento, nos termos do art. 24, §5º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 19, §2º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023; ou



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO AMAPÁ**

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021:

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos arts. 18, §3º, e 19, §4º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. O órgão gerenciador, sem prejuízo das atribuições previstas no art. 5º do Decreto Estadual nº 1.716/2023, obriga-se a:

10.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação da licitação;

10.1.2. Verificar, durante toda a vigência da ata, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.1.3. Conduzir os procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às condições de mercado, e os procedimentos de aplicação de penalidades aos fornecedores;

10.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços registrados na ata;

10.1.5. Comunicar aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata sobre eventuais reduções ou alterações nos preços registrados, para que avaliem a necessidade de revisão contratual, nos termos dos arts. 18, §4º, e 19, §6º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023;

10.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ata de registro de preços.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

11.1. Cabe aos órgãos e as entidades participantes, além dos incisos consignados no art. 6º do Decreto Estadual nº 1.716/2023, o que se segue:

11.1.1. Deverão tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços – ARP, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições;

11.1.2. Designar o gestor e o fiscal do contrato, a quem compete zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive pela solicitação de aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do art. 6º, IX, do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

11.1.3. Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação dos beneficiários, os quantitativos disponíveis e os preços a serem praticados;

11.1.4. Informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital e firmadas na Ata de Registro de Preços - ARP, as divergências relativas à

entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento de bem ou prestação de serviços;

11.1.5. Aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador; e

11.1.6. Prestar informações ao órgão gerenciador, quando solicitadas, quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade, nos termos do art. 6º, VII, do Decreto Estadual nº 1.716/2023.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

12.1. A detentora da ARP, além do integral cumprimento das disposições constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, obriga-se a:

12.1.1. Manter atualizados, durante toda a vigência da ata, os dados de contato — telefone, endereço eletrônico e preposto —, comunicando ao TCE/AP qualquer alteração no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

12.1.2. Indicar novo preposto, por meio de ofício endereçado à Coordenadoria de Compras e Contratos do TCE/AP, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da substituição daquele anteriormente indicado na proposta;

12.1.3. Manifestar-se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não do fornecimento a órgão ou entidade não participante que venha a manifestar interesse em aderir à ata, nos termos da Cláusula Segunda desta ARP;

12.1.4. Manter, durante toda a vigência da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando os documentos comprobatórios sempre que solicitado pelo órgão gerenciador;

12.1.5. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações decorrentes desta ata, sem autorização expressa do TCE/AP.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

13.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

13.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata, nos termos do art. 5º, §2º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, nos termos do art. 6º, V, do mesmo Decreto.

13.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

14. DA PUBLICIDADE

14.1. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o extrato da presente ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, com indicação do número da licitação, do objeto e do endereço do portal onde poderão ser obtidas as informações detalhadas, nos termos do art. 14, §2º, do Decreto Estadual nº 1.716/2023, bem como no sítio oficial do TCE/AP na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 8º, caput, §2º, da Lei nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto nº 7.724/2012, e no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AP, nos termos da Resolução Executiva nº 106/2023-TCE/AP.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico nº [A COMPLEMENTAR]/2026-TCE/AP e as

propostas com preços, quantidades, especificações técnicas e marca/modelo do objeto registrado.
15.2. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

15.3. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.4. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Ata, aplicam-se as regras do art. 183 da Lei nº 14.133/2021, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, com prorrogação automática para o primeiro dia de expediente administrativo quando o vencimento recair em dia sem expediente.

15.5. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e assinada eletronicamente pelas partes, nos termos da Resolução Executiva nº 108/2023-TCE/AP, com observância do horário oficial de Brasília, encaminhando-se cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Macapá-AP, xx de xxxxxx de 2026.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO AMAPÁ Conselheiro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Presidente do TCE/AP <i>(Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)</i>	CONTRATADA CNPJ n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxx CPF n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx <i>Representante Legal</i>
---	--

RESPONSÁVEIS:

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se na Resolução Executiva n. 108/2023 - TCE/AP.

Elaborado por:

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA
Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP
(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)

De acordo:

SIMONE APARECIDA ZANATTA
Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações – DPLANC/TCE-AP
(Assinado Eletronicamente pelo e -TCE)

SETOR DE CONTRATAÇÕES – TCE/AP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

JUNTADO:

Termo de Referência - Equipe de elaboração:

RODRIGO SEBASTIANI

Secretário de Tecnologia da Informação
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

JONEY SOUSA CAPIBERIBE

Coordenadoria de Administração de Dados e Redes
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

Divisão de Planejamento das Contratações
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

SIMONE APARECIDA ZANATTA

Chefe da Divisão de Planejamento das Contratações
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

Elaboração Minuta do Edital

NAIARA BETANIA VASQUES VIANA

Divisão de Planejamento das Contratações
(assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE)

Agente de Contratação:

Juliano de Andrade Araújo

Agente de Contratação / Pregoeiro

Portaria nº 102/2026-TCE/AP (DOE 2174/2026)